

COLEÇÃO HISTÓRIA DO PARANÁ

textos introdutórios

Vida Material Vida Econômica

**CARLOS ROBERTO
ANTUNES DOS SANTOS**



9 788567 310282

Cidade e indústria são os elementos mais frequentemente associados à civilização contemporânea. Industrializar e urbanizar tornaram-se na cultura ocidental quase que sinônimos de desenvolvimento econômico e social, marcando a passagem da sociedade tradicional para a moderna.

No Paraná o tema da industrialização foi alçado à condição de principal objeto da ação governamental logo após a Segunda Guerra Mundial. Superar a vocação agrícola do nosso Estado e erigir uma economia de base industrial foi um objetivo perseguido por praticamente todos os governos estaduais desde 1945, ainda que sob diferentes perspectivas e com desiguais graus de êxito. Já no que se refere à urbanização, o Paraná pode aspirar à condição de único detentor de uma experiência bem sucedida na área do planejamento urbano, no caso, a própria capital do Estado.

Este livro se propõem a interpretar de que forma nosso Estado se industrializou e urbanizou, forjando-se no processo uma rede de cidades, uma economia altamente diversificada e uma determinada estrutura de poder, as quais podem ser entendidas como os elementos mais marcantes da sociedade paranaense contemporânea.

Sobre o autor

Dennison de Oliveira

Formado em História (UFPR, 1987);

Mestre em Ciência Política (UNICAMP, 1990);

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 1995).

É autor, entre outros livros, de "Estado e Mercado: telecomunicações no Brasil" (Editora Prephacio, 1991) e "Curitiba e o mito da cidade modelo (Editora da UFPR, 2000) bem como de vários artigos em revistas científicas nacionais.

Atualmente é professor adjunto II do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS

**Vida material
Vida econômica**

2ª edição eletrônica

Curitiba

2017

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense

Créditos



Apoio

Governador do Paraná

Beto Richa

Secretário de Estado da Cultura

João Luiz Fiani

Diretora-Geral da SEEC

Jader Alves

Coordenador do Sistema

Estadual de Museus e

Diretor do Museu Paranaense

Renato Augusto Carneiro Junior

Editoração e preparação e-book

Roberto Guiraud – Designer

Sociedade de Amigos do

Museu Paranaense – SAMP

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Presidente



Este livro foi reeditado com recursos do CNPq e Fundação Araucária.

Apresentação da Coleção

O presente exemplar integra uma coleção de 5 livros que foi originalmente publicada em 2001 pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, intitulada Coleção História do Paraná. O objetivo era propiciar aos educadores o acesso a conhecimentos e interpretações da História Regional, abordando diversos aspectos que conferiram identidade ao Estado.

Com o tempo, constatou-se que outros leitores se interessavam pela coleção: além dos professores, pesquisadores e estudantes, profissionais das mais diversas áreas procuravam obter os livros para saber mais sobre o Paraná; sua formação econômica, a população que ocupou o território, sua cultura, sua contribuição política à nação brasileira.

Esta foi a motivação que levou o Museu Paranaense, sempre dedicado à difusão da História sob uma perspectiva científica, a lançar uma segunda edição do material, que ora é denominada Coleção Paraná- Textos introdutórios.

A coleção é composta pelos seguintes títulos:

Paraná: Ocupação do Território, população e migrações,
por Sergio Odilon Nadalin;

Vida material, vida econômica,
por Carlos Roberto Antunes dos Santos;

Cultura e educação no Paraná,
por Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andrezza;

Paraná: política e governo,
por Marion Brepohl;

Urbanização e Industrialização do Paraná,
por Dennison de Oliveira.

O leitor que apreciar estes conteúdos poderá conhecer não apenas os fatos e as conjunturas que revelam a trajetória social desta região, mas também familiarizar-se com uma rica bibliografia acadêmica que orientou a escrita de seus autores, todos eles, professores da Universidade Federal do Paraná.

Entretanto, longe de ser uma resposta definitiva, estes estudos ampliam as questões e os debates em torno do tema, procurando despertar a curiosidade intelectual de todos relativamente aos personagens, experiências, instituições e movimentos sociais que configuram a singularidade de nosso estado.

Que a presente coleção, ao sugerir fontes e métodos de estudos, estimulem trabalhos outros que venham a enriquecer a história como instrumento de conhecimento, de educação, de ensino.

Agradecimentos

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, à Fundação Araucária e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelos recursos destinados a esta publicação, a partir, respectivamente, da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal e do Programa Núcleo de Excelência - PRONEX, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Coleção Histórias do Paraná

Marion Brepohl de Magalhães

Presidente da SAMP

Renato Carneiro Jr.

Diretor do Museu Paranaense

Pesquisa

Lorena Beghetto

Revisão bibliográfica

Cleunice Fritoli

Editoração Eletrônica e Capa

Amiraldo M. de Gusmão Jr.

Lilian Alcantara Soares

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Luzia G. Kintopp - CRB/9-1535
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.
Curitiba - PR

S237 Santos, Carlos Roberto Antunes dos
Vida material vida econômica [recurso eletrônico] /
Carlos Roberto Antunes dos Santos. — Curitiba : SAMP,
2017.
Recurso on-line : PDF.

ISBN 978-85-67310-28-2

1. Desenvolvimento econômico - Paraná. 2. Paraná -
História. 3. Agricultura - Paraná. 4. Agricultura familiar -
Paraná. I. Título. II. Série.

CDD: 338.098162

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Ilustração da capa:

Imagem invertida de DEBRET, Jean Baptiste - Paranaguá, 1827.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	007
LISTA DE GRÁFICOS	007
LISTA DE TABELAS	007
INTRODUÇÃO	009
1 PRELÚDIO ECONÔMICO	017
1.1 POVOAMENTO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL	017
1.2 O POVOAMENTO NO SÉCULO XVIII: O VIVER DAS MINAS E DA PECUÁRIA	025
2 A ECONOMIA PARANAENSE: DESTINO COLETIVO E PROSPERIDADE COMERCIAL	036
2.1 A ECONOMIA DO MATE E AS BORDURAS DO ATLÂNTICO	036
2.2 A PECUÁRIA: INTEGRAÇÃO REGIONAL E NACIONAL À ECONOMIA-MUNDO	056
3 A CHAVE DO CRESCIMENTO: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	071
3.1 PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR: SUBSISTÊNCIA E ABASTECIMENTO	071
3.2 O SISTEMA DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGROALIMENTAR	078
CONCLUSÃO	085
BIBLIOGRAFIA E FONTES RECOMENDADAS	088
FONTES CONSULTADAS	092
DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O TEMA	094
BIBLIOGRAFIA	098

LISTA DE FIGURAS

1 O PARANÁ NO SÉCULO XVIII. ETAPAS DO POVOAMENTO	028
2 O PARANÁ NO SÉCULO XVIII. ETAPAS DO POVOAMENTO – SÍNTESE	029
3 O PARANÁ NO SÉCULO XIX. ETAPAS DO POVOAMENTO	058
4 O PARANÁ NO SÉCULO XIX. ETAPAS DO POVOAMENTO – SÍNTESE	059

LISTA DE GRÁFICOS

1 EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE – VALOR	044
2 O COMÉRCIO EXTERIOR DO PARANÁ ENTRE 1842 E 1861	046
3 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE OS ANIMAIS EM COMPARAÇÃO AO TOTAL DAS RECEITAS DOS ORÇAMENTOS PARANAENSES – PERÍODO DE 1854 A 1877	062

LISTA DE TABELAS

1 PARANÁ, 1798. POPULAÇÃO DO LITORAL (PARANAGUÁ E ANTONINA) SEGUNDO SEXO E CONDIÇÃO	033
2 EXPORTAÇÃO DO MATE DO PARANÁ	053
3 EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO DA TERRA (BRAÇA QUADRADA OU 4,84 m ²) NAS PRADARIAS DOS CAMPOS GERAIS	063
4 EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DAS TERRAS (BRAÇA QUADRADA) DE UMA CABEÇA DE GADO E DOS ESCRAVOS NOS CAMPOS GERAIS	064
5 COMÉRCIO INTER-PROVINCIAL	066

6 O TERRITÓRIO, A POPULAÇÃO E A RENDA GERAL DAS PROVÍNCIAS – FIM DO IMPÉRIO BRASILEIRO DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO	070
---	-----

INTRODUÇÃO

O presente estudo compõe parte de um projeto do Departamento de História/SCHLA/UFPR em convênio com a Secretaria Estadual de Educação (SEED), coordenado pelo Prof. Dennison de Oliveira, com a finalidade de elaborar uma coletânea sobre História do Paraná, que, no seu todo, aborda temáticas como: 1. Ocupação do Território – Populações e Imigrações; 2. Vida Material, Vida Econômica; 3. Cultura e Educação no Paraná; 4. Estado e Governo no Paraná; 5. Industrialização e Urbanização. A coleção visa contribuir para diminuir o distanciamento da produção da universidade, suas pesquisas e conteúdos com aquilo que está sendo ministrado na rede de ensino fundamental e médio do Paraná. Portanto, dirigida aos professores do ensino fundamental e médio, busca criar condições para que o docente seja um multiplicador de conhecimento e não apenas um reproduzidor do saber.

Este trabalho que aborda a vida material e a vida econômica do Paraná Tradicional, de acordo com a classificação proposta por WESTPHALEN (1969), compreendendo os primórdios da colonização até o final do séc. XIX/ início do séc. XX, é endereçado aos professores. E por que razão não pode atingir um público maior? Pode sim! Nesta conjuntura de final/início de século e de comemorações dos 500 anos a História volta a ser moda, pois o leitor de História está ávido de conhecimentos do passado, face às incertezas deste mundo globalizado em que vivemos. A incapacidade manifesta pelo tempo presente em imaginar o futuro ou criar algumas perspectivas, ajuda a entender esta volta ao passado, que não se explica, exclusivamente, pela nostalgia, pois o leitor, muitas vezes, duvidando de sua identidade, desenterra e sacraliza suas raízes. Desta maneira, a História aporta a racionalização ao presente e o dota de sentido, sendo ao mesmo tempo uma história imediata e uma longa história, onde perfilam o contingencial e o estrutural, o instantâneo e o durável. Nesse sentido, é importante afirmar e reafirmar a visão de FAUSTO (1995, p.13) que:

sem ignorar a complexidade do processo histórico, a História é uma disciplina acessível a pessoas com diferentes graus de conhecimento. Mais do que isso, é uma disciplina vital para a formação da cidadania. Não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas.

Portanto, ao historiador não basta o rigor do método e técnicas, que são cada vez menos autônomos, bem como a fidedignidade das fontes, importa também em buscar no passado a indagação pelo cotidiano, a cultura da sociedade e suas representações, enfim os lugares da memória.

Face ao desenvolvimento científico e tecnológico da Sociedade do Conhecimento em que vivemos, regida pela informática e pela comunicação, a ciência, há tempos, abandonou o seu gueto, fazendo com que o diálogo acadêmico se dê nas fronteiras do conhecimento, construindo um saber cada vez mais híbrido, com as tintas da multi e da interdisciplinaridade. Desta maneira, nos campos da vida material e econômica as reflexões sobre os problemas teóricos e metodológicos são abordadas a partir de temáticas diferenciadas e com especialistas de diversas formações, como historiadores, economistas, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e outros. Este novo saber híbrido produzido nas fronteiras do conhecimento, dá hoje maior importância à pesquisa científica do que, propriamente, às questões de método, que foi prioridade, por tanto tempo, de uma história mais tradicional. Nesse sentido, a renovação metodológica da história econômica, neste contemporâneo modo de produção do conhecimento científico e tecnológico, faz com que esta se ocupe dos problemas econômicos e busque explicar as mudanças das estruturas produtivas e o crescimento econômico, à luz das explicações históricas.

Se, no presente trabalho, a vida material constitui, na linha de BRAUDEL (1970) os homens, as trocas, as moedas, os novos produtos, as técnicas, a separação das cidades e dos campos e é feita de rotinas e inovações, a vida econômica, expressada pela história econômica, busca responder (de forma qualitativa e quantitativa) o que se produz, como se produz e para quem se produz. A história econômica aborda um conjunto de bens e serviços produzidos pelas sociedades, mediante a utilização de determinados fatores, incluindo: a constituição dos processos produtivos; a forma de produção destes bens e serviços; seus agentes sociais e suas

técnicas. Do exposto, a história econômica constitui o conhecimento histórico da estrutura, do funcionamento, da evolução e dos resultados do processo produtivo. A partir destas concepções, vida material e vida econômica aí se entrelaçam e se confundem.

O historiador econômico deve pesquisar o passado econômico das sociedades, determinar sua estrutura econômica, a divisão do trabalho, a distribuição da propriedade, a forma de exploração dos recursos, a densidade demográfica, as tecnologias empregadas, a formação das rotas de abastecimento, o surgimento das feiras, dos mercados locais e regionais, as exportações e outros. Para tanto, deverá abordar variáveis econômicas como moedas, preços, salários, produção, consumo, e, ao mesmo tempo, trabalhar com as questões sociais, institucionais, políticas e ideológicas de caráter mais geral. Implica em situar o capitalismo como momento histórico particular, um capitalismo histórico que explica as complexidades da economia-mundo tão cara a WALLERSTEIN (1985), e diferente daquela já conhecida como economia mundial. O conceito de economia-mundo indica uma noção mais estrita e contrastante no plano histórico, com a divisão dos países em três categorias: o centro, a semi-periferia e a periferia. A economia-mundo, na tese de WALLERSTEIN, substituiu os impérios-mundos cuja distribuição de bens se dava através de uma administração imperial que fixava, por via legal, os preços e as quantidades e definia, ainda, a repartição do excedente. A economia-mundo que prevalece desde o séc. XIX é um sistema-mundo onde a produção e a troca são regidas pelo mercado e não mais pela lei. É portanto, um sistema-mundo organizado economicamente e não mais politicamente, atestando que uma economia-mundo só pode ser capitalista. Desta forma, no âmbito do capitalismo histórico (o autor se recusa a usar os termos capitalismo e sistema capitalista), marco de sua tese, é possível albergar os procedimentos e as magnitudes da macro e da micro história, integrando-as e, muitas vezes, surpreendendo o todo pelas partes.

Do ponto de vista de uma História Geral do Brasil, a História do Paraná ao longo do séc. XIX parece passar despercebida, extremamente tangenciada do meio das estruturas sociais e econômicas, tomadas no seu conjunto. No exame da questão regional, a formação econômica do Paraná tem sido explicada a partir das relações centro-periferia, de acordo com a visão cepalina, interpretada por PADIS (1981), cuja tese demonstra

que a industrialização de São Paulo (centro econômico) determinou uma certa divisão de trabalho no País, cabendo às regiões periféricas a produção da subsistência (matérias-primas e alimentos) como forma de integração a uma economia espacial brasileira (FURTADO, 1967). É importante destacar a existência de outras interpretações sobre o desenvolvimento do Paraná, com desdobramentos, críticas e alternativas ao modelo proposto por PADIS, salientando-se: 1. o projeto de industrialização autônoma, ou modelo autonomista, com o Estado planejando o desenvolvimento, centrado na integração das regiões, sob o comando da CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), e, após 1968, pelo BADEP (Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná); 2. o projeto associacionista ou complementar, como reação a uma forma de intervenção estatal, que pregava uma política industrial de captação de capitais privados, durante as fases de auge da economia nacional, a partir das vocações industriais do Estado (OLIVA AUGUSTO, 1978). A partir dos anos setenta, vai acontecer uma crescente industrialização do Estado, como complementar à industrialização de São Paulo, devido a sua inserção maior no mercado nacional e de uma intensa penetração do grande capital (MAGALHÃES FILHO, 1983). Tal fato evidenciava que esta nova fase de desenvolvimento não decorria de qualquer tipo de ação planejada do governo estadual, fazendo com que para se conhecer melhor estas transformações, fosse criada uma instituição para realizar tais estudos. Dessa forma, em 1973 houve a criação do IPARDES - Fundação Edison Vieira - (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), com estas finalidades.

As teses acima expostas buscam explicações para o estágio de desenvolvimento do Paraná do período da industrialização até os anos 80. Entendemos que é possível também enquadrar esses marcos teóricos para a História Econômica do Paraná Tradicional, com limites cronológicos até o início do chamado Paraná Moderno (portanto antes da economia cafeeira e da industrialização, temas de outro livro desta coletânea), com os olhares da economia-mundo. Nesse sentido, toma-se a liberdade teórica de conceber, na medida do possível, a vida material e a vida econômica do Paraná tradicional à luz dos dois modelos mais gerais de explicação histórica sobre a problemática do desenvolvimento, quais sejam, o sistema-mundo alicerçado no capitalismo histórico, com aquela inerente à visão cepalina, própria dos anos 60 (seguida por PADIS).

O presente livro aborda o Paraná Tradicional, que tem o seu prelúdio econômico com o povoamento e a ocupação territorial desde o final do séc. XVI, através da empresa da caça ao índio e exploração de pedras e metais preciosos no litoral. Neste contexto perfilam personagens como os santistas, os vicentistas e os paulistas, ocupando as terras do Paraná, na busca de novos caminhos, com as suas fundações, povoações, províncias, reduções e aldeamentos. A lavoura coletiva, representa, nas reduções, a expressão da vida comunitária, onde se exporta a erva-mate e se produz milho, mandioca e se cria o gado. Nestes e em outros centros a escravidão do índio, e mais tarde do negro, constituía a mão-de-obra que sustentava todas as estruturas superiores da sociedade colonial. A empresa da caça ao índio passa, inclusive, a atacar as reduções e aldeamentos na busca de escravos habituados aos trabalhos agrícolas e rurais. No sentido de melhorar "os estados do Brasil" as autoridades metropolitanas fizeram investimentos na mineração em Paranaguá, com a demanda de técnicos alemães especialistas em minas de ouro, e com a instalação de fundição para o controle da produção e da cobrança do quinto exigido pelo governo. Ainda nesta parte do trabalho, verifica-se que em virtude da decadência da economia mineradora em Paranaguá os campos de Curitiba serviram, do ponto de vista material e econômico, às atividades ligadas a lavoura de subsistência e a pecuária, com a fixação de pequenos núcleos de habitantes.

De acordo com PINHEIRO MACHADO (1987), a ocupação dos Campos Gerais resultou dos movimentos expansionistas irradiados da Vila de Curitiba ao longo do séc. XVIII e parte do séc. XIX, estruturando-se uma sociedade regional. Nesta nova sociedade, com o aumento da população, inicialmente importam-se alimentos, animais de transporte e equipamentos. Com o progresso da pecuária e do tropeirismo, as fazendas de criação tornam-se unidades auto-suficientes, fazendo com que seus proprietários acumulassem grandes patrimônios. No âmbito do comércio das tropas pode-se destacar a atuação do Barão dos Campos Gerais, que acumulou grandes capitais com o desenvolvimento dos mercados de Sorocaba (WESTPHALEN, 1995), constituindo uma das maiores fortunas da jovem Província. Nesta parte do trabalho é demonstrado que a fazenda constituía um conjunto econômico e social integrado, fazendo perfilar novos agentes históricos, como os fazendeiros, os capatazes, os camaradas, os agregados e os negros escravos.

É importante destacar que nas fazendas pertencentes à Igreja, os religiosos acumulavam também grandes patrimônios, como proprietários de terras, animais e escravos, onde a atividade da criação não exigia um número expressivo de cativos. Através das fontes consultadas, pode-se verificar que a quase totalidade dos escravos envolvidos diretamente nas atividades da pecuária se encontravam em idade e condições de emprego de plena capacidade produtiva.

No Paraná do séc. XVIII se estabeleceram duas áreas econômicas não integradas: a área da economia da pecuária nos Campos Gerais, integrada à economia central do País e a área com o prevailecimento de padrões específicos da economia de subsistência, situada nas pequenas vilas do planalto e do litoral, isoladas dos grandes mercados e que guardavam ritmo lento de produção.

Na parte intitulada Economia Paranaense, Destino Coletivo e Prosperidade Comercial, busca-se visualizar a comunidade regional num conjunto mais amplo, isto é, sua inserção no âmbito da História Econômica brasileira e no processo capitalista da economia-mundo: no final do séc. XVIII e início do séc. XIX com a economia do gado e após, a partir da metade do séc. XIX, com a produção e exportação do mate, através do Porto de Paranaguá para a região do Prata, que o coloca na conjuntura do Atlântico, na linha da integração centro/periferia, comandada pelo capitalismo histórico. As novas formas de produção e de organização social no Paraná indicam um poder rural, expresso na sociedade campeira, incapaz de competir com o poder urbano crescente proveniente da expansão da sociedade ervateira.

A análise da vida material e vida econômica ao longo do séc. XIX foi alicerçada em fontes manuscritas e impressas que aportam importantes dados para explicar fatores principais sobre a pecuária e suas evoluções em relação à variável preço: do gado, do escravo e da terra, bem como sobre o nível de desenvolvimento tecnológico que definiram as etapas de produção e a qualidade do mate paranaense.

Na primeira metade do séc. XIX, a base da economia paranaense repousava na monocultura do mate, integrada às rotas da economia brasileira e da economia-mundo e introduzindo internamente as oscilações do mercado externo. Este tipo de economia reflexa acabou produzindo crises constantes na economia regional, vinculadas: 1. à má qualidade, em certos períodos, do produto paranaense; 2. à concorrência da erva

produzida no Rio Grande do Sul e no Paraguai; 3. às fases de baixa dos preços no mercado internacional.

As repercussões da promulgação da Lei de Terras e da abolição do tráfico de escravos em 1850, conjugados com a Emancipação Política do Paraná, a partir de 1853, oferecem à nova Província a chave para o crescimento, isto é, investir na imigração e colonização como condição essencial para a diversificação da produção, com o conseqüente arranco para a urbanização. Os discursos dos Presidentes de Província seguem um mesmo tom: diante das crises constantes, não concentrar esforços em torno da monocultura do mate. Desta forma, na segunda metade do séc. XIX, as administrações da Província procuram fortalecer as articulações entre a política de colonização e imigração com a de emancipação dos escravos, no sentido de aceleração para uma sociedade totalmente livre. A máxima do Presidente Lamenha Lins preconiza bem esta nova situação ao afirmar que *“a arte de fazer homens e cidadãos é a primeira das funções para uma sociedade livre”*. Nesse sentido, a política oficial de imigração na Província do Paraná ultrapassa os objetivos políticos e militares daquela praticada pelo Governo Imperial, buscando fixar os imigrantes estrangeiros à terra, visando a formação da estrutura de um sistema agroalimentar de abastecimento. A partir dos anos setenta, com a desagregação do sistema escravista no Brasil, emerge uma nova sociedade do trabalho, que demanda um novo perfil de trabalhador expresso nos colonos *“morigerados e laboriosos”*, termos próprios da moral burguesa em expansão.

Desde os primórdios da Comarca até a implantação da Província do Paraná, de maneira geral, as pesquisas e análises regionais revelam inquietudes para a região, pois tratava-se: 1. de uma economia de tipo periférica baseada inicialmente na agricultura de subsistência e na pecuária e após, na produção e exportação do mate pelo Porto de Paranaguá; 2. de uma sociedade campeira, onde conviviam o trabalho escravo e livre, dirigida por clã de famílias isoladas; 3. de uma sociedade ervateira marcada pela burguesia comercial, mas sujeita às crises provocadas pelas oscilações da economia internacional; 4. de uma região sem autonomia política nem administrativa, ainda Comarca de São Paulo, cuja emancipação só foi conquistada em 1853; 4. de um poder rural decrescente face ao desenvolvimento urbano, diante das novas formas de produção e de organização social, impostas pela modernização. Considerando estas

inquietações, entendemos que a análise histórica do processo de desenvolvimento sócio-econômico regional parte da premissa de que os condicionamentos advindos das estreitas possibilidades oferecidas pela economia ervateira, ainda ligada ao capital comercial, impediram, em parte, a geração de capitais necessários à diversificação da economia regional e a implantação do parque industrial no Paraná, numa espécie de capitalismo tardio (MELLO, 1982).

As explicações do comportamento de uma determinada sociedade são formuladas através de um método, sustentado pela pesquisa científica, que permite com que os instrumentos analíticos avancem na direção de um modelo interpretativo. Portanto, ao longo do presente trabalho, procuramos demonstrar que as construções econômicas são instrumentos da história econômica, produto da subordinação da Economia à História, pois o capitalismo constitui um sistema social histórico e é a transcendência da pesquisa histórica que contribui para o avanço científico.

1 PRELÚDIO ECONÔMICO

1.1 POVOAMENTO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Desde os últimos decênios do século XVI, o grande centro da economia colonial era representado pela região nordestina, através do complexo escravo-açúcar. Mas, mesmo assim, os mercados de São Paulo e Minas Gerais suscitaram, também, interesses econômicos e irradiaram expansões.

A presença constante de paulistas no litoral sul da Capitania, no final do século XVI, com o duplo objetivo de prear índios, localizar e explorar metais preciosos, visava a satisfazer os citados mercados, cada vez mais exigentes e consumidores. Após a descoberta do Rio da Prata, os movimentos ao longo de trechos do litoral paranaense não eram mais um privilégio de santistas, vicentistas e paulistas, pois essa região passava também a ser percorrida por espanhóis à procura de riquezas.

A região paulista não produzia, nesse período, nenhum produto que pudesse justificar o estabelecimento de relações comerciais com Portugal. O predomínio de culturas próprias para consumo, sem maiores conseqüências do ponto de vista econômico, levava os colonos a utilizarem a mão-de-obra escrava, que lhes representava um fator de subsistência. Esta situação explica a proliferação de pedidos às autoridades a fim de que se organizassem "bandeiras" para a caça de índios, somando-se ainda a ambição de encontrar pedras e metais preciosos. Todo este movimento se efetuava em direção às terras do Paraná. É, portanto, a partir da segunda metade do século XVI que já se pode observar a presença dominante do sistema de escravidão em praticamente todos os centros econômicos coloniais, pois *"o índio, e mais tarde o negro, tanto no período da escravidão, como no período dos aldeamentos, era a mão-de-obra que sustentava todas as estruturas superiores da sociedade colonial"*¹.

Com a abertura do caminho pelo Rio da Prata, os espanhóis, amparados pelo Tratado de Tordesilhas, estenderam seus domínios até a região ocidental do Paraná, no interior do continente. Surge, então, um grande número de caminhos ligando pontos transcontinentais, como o de Peabiru, percorrido por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, entre 1541 e 1542.

¹ HISTÓRIA do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1965, v. 1, p. 27.

Todo esse conjunto de caminhos foi percorrido por espanhóis e portugueses, tendo sempre como objetivo primeiro o preamento de índios e a busca de metais preciosos. Datam desta época proibições impostas pelas autoridades espanholas e portuguesas quanto à multiplicidade dos caminhos e o conseqüente desrespeito às linhas de Tordesilhas. Entretanto a formação da União Ibérica, a partir de 1580, foi motivo suficiente para que aquelas proibições não fossem eficazmente levadas em consideração.

A dominação espanhola na parte ocidental do Paraná efetivou-se com o estabelecimento de certas povoações como as de Outiveros, fundada em 1554, junto à foz do rio Piquiri, Ciudad Real del Guayra, em 1557, nas proximidades do Salto das Sete Quedas, também junto à foz do Piquiri e Vila Rica do Espírito Santo, em 1576, na confluência dos rios Corumbataí e Ivaí.

A fundação dessas povoações foi uma iniciativa do governador espanhol do Paraguai, Martinez de Irada, que, entre outras coisas, almejava:

- a) estabelecimento de uma província – a de Vera – em territórios do Paraná e Santa Catarina;
- b) fechamento do Peabiru aos portugueses e, conseqüentemente, maior proteção às minas do Potosi;
- c) a exploração, sob a forma de “*encomiendas*”, do grande contingente de mão-de-obra indígena que vivia em toda a região .

Dessa forma os indígenas foram escravizados por uma parte dos castelhanos dos “*pueblos*” de Ciudad Real e de Vila Rica do Espírito Santo. E, em virtude da reação dos nativos à escravidão, o governador paraguaio, Hernando Arias da Saavedra, sugeriu ao rei Felipe III que se realizasse um trabalho de conversão e de civilização dos índios pelos missionários jesuítas. Em 1608 foi criada, por Carta Régia, a Província del Guairá, abrangendo o ocidente paranaense.

O trabalho dos missionários enfrentou dificuldades provocadas pelas populações de Vila Rica do Espírito Santo e de Ciudad Real, que se viram prejudicadas com a impossibilidade da utilização da mão-de-obra indígena, mas, ainda assim, organiza-se a Província Jesuítica do Guairá.

Apesar das imprecisões e discordâncias entre os historiadores quanto ao número de reduções jesuíticas na Província del Guairá, sabe-se que lá já existiam as povoações oficiais espanholas de Outiveros, Ciudad Real del Guairá e Vila Rica do Espírito Santo. De acordo com a relação estabelecida por Martim de Moussy e apresentada por R. Martins², têm-se 13 reduções, a saber:

1. Noçsa Senhora de Loreto, junto à foz do Pirapó, no Paranapanema;
2. Santo Inácio Mini à esquerda do rio Santo Antonio, afluente do Paranapanema;
3. São Francisco Xavier, à esquerda do rio Tibagi;
4. Anunciación, à esquerda do rio Tibagi;
5. São José, à esquerda do rio Tibagi;
6. São Miguel, à esquerda do rio Tibagi;
7. Santo Antonio, à direita do rio Ivaí;
8. São Pedro, à direita do Paranapanema;
9. São Tomé, à esquerda do rio dos Fachinais, afluente do Ivaí;
10. Los Angeles, à direita do rio dos Fachinais;
11. Concepción ou Santa Maria, à direita do Iguassu;
12. São Paulo, à esquerda do rio Ivaí;
13. Jesus Maria, à direita do rio Ivaí.

O sistema adotado pelos jesuítas para o trabalho de conversão do índio foi eficaz devido à existência das reduções onde havia a assistência constante dos religiosos. A vida comunitária era a base de toda a redução, e a principal atividade econômica da Província del Guairá era representada pela colheita de erva-mate, que se tornou produto de exportação. Plantavam ainda milho e mandioca e praticavam a criação de gado. Todos os excedentes provenientes dessas atividades eram igualmente exportados. Aos homens cabiam os trabalhos mais pesados próprios da agricultura, da casa e da pesca, e outros ofícios como carpinteiros e ferreiros. As mulheres ocupavam-se da costura, trabalhando com fios de lã e de algodão. Estabeleceram-se lavouras coletivas; os produtos eram armazenados para serem distribuídos aos membros da comunidade à

² MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba: Edit. Guaira, [s.d], p. 66-67.

medida de suas necessidades. Muitas vezes, em virtude da abundância, ajudavam aldeamentos mais novos.

No final do século XVI e início do século XVII, o governador geral do Brasil, D. Francisco de Souza, encorajou os paulistas a organizarem expedições para a exploração de riquezas. A partir daí aumentou o número de bandeiras que partiam à procura de minérios e ouro pelos sertões. Entretanto, todas essas expedições, pouco rentáveis, tornaram-se cada vez mais onerosas aos bandeirantes. Surge, então, a idéia de que o preamento de índios - objetivo talvez mais rápido a ser atingido - era também uma fonte de riquezas, pois ao menos eles poderiam ser utilizados nas próprias lavouras dos bandeirantes. Sendo assim, multiplicaram-se as expedições de caça ao índio que se tornava um elemento indispensável aos mercados exportadores da capitania. Desse modo "*no Brasil, os Jesuítas continuam a lutar contra a caça aos escravos pelos bandeirantes*"³. As incursões, inicialmente contra os índios não aldeados e, em seguida, contra as reduções, aumentaram, então, sensivelmente. Dava-se preferência à caça aos índios já convertidos das reduções, porque aí se encontravam reunidos em grande número e estavam habituados aos trabalhos agrícolas e rurais.

A "empresa" da caça ao índio era incentivada mesmo pelas autoridades coloniais portuguesas, sendo que a "própria Câmara Municipal de São Salvador fez, nessa época, um apelo aos paulistas para a remessa de escravos para o Recôncavo Baiano, recém devastado pelas hostes holandesas"⁴. Em 1629, os estabelecimentos jesuíticos foram completamente destruídos, com exceção de N. S. de Loreto e Santo Inácio, que estavam situados mais ao norte, isto é, fora da vasta região mais povoada. Em 1632, Vila Rica e Ciudad Real, que resistiam ainda à invasão paulista, foram abandonadas por seus habitantes. Segundo R. MARTINS, "60.000 foi o número de índios escravizados e levados aos mercados de São Paulo, sendo que tal oferta ocasionou queda no preço por "peça", que de 100\$000 baixou a 20\$000"⁵. Toda essa "empresa" paulista ocasionou um sensível recuo das pretensões de expansão

³ MAURO, F. *Des produits et des hommes*. Paris: Mouten-Paris-LaHaye, 1972, p. 211.

⁴ SIMONSEN, R.C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira, v. 10, 1969, p. 211.

⁵ MARTINS, p. 70.

espanhola rumo ao Atlântico, representada pelas reduções. Por outro lado, a escassez de mão-de-obra indígena e a ausência de metais preciosos explicam o fato do ocidente do Paraná ter sido abandonado até mesmo pelos paulistas.

As questões de fronteiras entre Portugal e Espanha tornaram-se pontos de conflitos devido, sobretudo, à demarcação das linhas de Tordesilhas. Após a destruição das missões jesuíticas, o objetivo das incursões portuguesas seria assegurar a ocupação do Sul, no Prata. Foi a partir daí que a coroa portuguesa praticou ou permitiu atos de posse e de jurisdição própria nas regiões alcançadas:

O objetivo não seria, pois, a consecução tão somente de fronteiras naturais, mas a recuperação do comércio de Buenos Aires que se desenvolvera durante o tempo da reunião das coroas ibéricas, tão rendoso, porém agora obstaculizado pela Restauração, face sobretudo às proibições do rei da Espanha. De outro lado, o declínio do açúcar e a perda dos mercados britânicos, na segunda metade do século XVII, levassem a essa direita pelo comércio do Prata, através do qual a prata do Potosi podia chegar ao Brasil e Portugal⁶.

O povoamento efetivo do litoral paranaense resultou primeiramente da intensa procura de metal precioso, que se aliou, mais tarde, a outros fatores que promoveram a fixação do homem à terra.

Foi durante a administração do Governador Geral D. Francisco de Souza, em fins do século XVI, que se estabeleceram as bases para a prospecção de riquezas minerais a leste do atual Paraná, na região de Curitiba e Paranaguá.

No início do século XVII já se faziam referências à existência de minas de ouro na Capitania de S. Vicente. Em documento publicado e comentado por F. MAURO⁷ relativo ao Brasil do século XVII, existe um relato escrito pelo Conselho de Portugal, no início do século XVII, apresentando um parecer sobre a carta do Provedor das Minas de S. Vicente, Diogo de Quadros. Com base nesse relato, sabe-se que Diogo de Quadros solicita, para a prospecção do sertão de S. Vicente: dois técnicos alemães especialistas em minas de ouro, mil negros, às expensas do

⁶ HISTÓRIA do Paraná, p. 57.

⁷ MAURO, F. *Le Brésil au XVII^e Siècle Documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais*. Paris, Tese complementar, Doutorado em Letras, 1960, p.318-319.

Tesouro Real ou com facilidades aos financiadores, privilégios aos encarregados da prospecção e ainda uma guarda militar para protegê-los. Ele justifica estes pedidos com as descobertas de ouro de lavagem já feitas pelo minerador João Munhios de Puerto.

Ainda em relação à carta de Diogo de Quadros, o Conselho de Portugal comenta: “diz mais ainda o dito Diogo de Quadros que da Villa Rica, terras do Peru foram ter aquella Villa de Sam Paulo terras do Brasil, humas canoas por hum rio que la vai ter e porque seria de grande prejuizo ao serviço de V. M. ter se aquelle caminho aberto devia mandar se cerrasse”⁸. Esse período corresponde ao da União Ibérica e, apesar disso, havia a preocupação em manter guardadas as riquezas espanholas. Quanto ao caminho fluvial indicado por Diogo de Quadros, trata-se do Paraná e do Tietê, sem nenhuma dúvida, utilizados pelas “monções bandeirantes”⁹ que deveriam ser fechados sobretudo como medida de proteção às minas de prata do Potosí. Diante do pedido do Provedor das minas de S. Vicente, o Conselho de Portugal ouviu seus membros a fim de deliberar a aprovação ou a recusa de tal solicitação. Um dos membros do Conselho de Portugal em Madrid, Diogo de Fonseca, reforçou seu voto dizendo que o Padre Antonio Colaço, Procurador Geral da Companhia de Jesus em Madrid, “lhe afirmou que o Provincial do Brasil, estando na dita capitania de S. Vicente, fora com algumas pessoas ver as ditas minas e pello que sentira dellas e desposição da terra e informação que tomara escrevera a Companhia que eram mui ricas e de grandes esperanças de proveitos”¹⁰.

Essas perspectivas de descoberta de ouro provocaram movimentos constantes também na Capitania de Santo Amaro, sobretudo no litoral de Paranaguá e ainda nos campos de Curitiba. Como essas regiões ficam afastadas de São Paulo, os faiscadores de ouro viram-se obrigados a ali fixarem residência. Deste modo, mesmo antes da fundação das vilas, esses lugares contavam já com algumas pequenas povoações, que não tinham entretanto nenhuma organização ou representação política.

⁸ MAURO, p. 335.

⁹ *Ibid.*, p. 340.

¹⁰ MAURO, p. 330.

O interesse por essas regiões aumentou a partir do momento em que o ouro começou a ser encontrado nos rios, ainda que o principal objetivo fosse a descoberta de minas. De acordo com a Ata de Vereança de 27 de novembro de 1649, da Câmara de São Paulo, a primeira mina de Paranaguá foi encontrada por Gabriel de Lara. Na coletânea de documentos inéditos sobre “Le Brésil au XVIIe siècle”, existe um memorial intitulado “Parecer sobre quaes os meios mais faceis para conservar e melhorar os estados do Brasil”, onde o autor, Francisco de Brito Freyre, numa carta dirigida ao rei de Portugal, comentando a quantidade que se tira de ouro de lavagem, diz que: “O ouro nas minas não é buscado porque exige muito trabalho e capital, mas dizem que o há, assim como diversas minas de prata, principalmente nas serras perto de Pernaguam”¹¹.

As minas de Paranaguá forneceram ouro durante um certo tempo, o que Justifica a instalação, em 1649, de uma fundição, destinada ao controle da produção e da cobrança do quinto exigido pela Metrópole. Pouco antes, em 1648, Gabriel de Lara requer ao Rei de Portugal a elevação do povoado à categoria de Vila. Em 6 de janeiro de 1649, depois de efetuadas as eleições, foi instalada a Vila de Paranaguá, a primeira estabelecida no Paraná.

Os campos de Curitiba receberam as visitas constantes dos mineradores instalados no litoral, já quando a produção aurífera de Paranaguá encontrava-se em decadência. No planalto não houve a mesma euforia em relação ao achamento de ouro, pois exigia sacrifícios enormes para obter recompensa mínima. O estabelecimento de habitantes nos campos de Curitiba originou, inicialmente, a fundação do povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Mais tarde, em 1693, foi criada a Vila de Curitiba.

Paranaguá era então a vila litorânea mais meridional do Brasil, e Curitiba passou a ser a mais meridional e ocidental do interior brasileiro.

Pelo exposto, verifica-se que, de um movimento expansionista paulista, formou-se em Paranaguá, em meados do século XVII, um agrupamento humano que aí se estabeleceu e se organizou, tendo como atividade básica a mineração. E, conseqüentemente, o povoamento dos

¹¹ MAURO, p. 366. Memória retirada dos manuscritos da Biblioteca Pública de Evora, datada de 1654 que trata sobre a defesa militar e o desenvolvimento econômico do Brasil.

campos de Curitiba resultou do descobrimento de parte da população de Paranaguá, que se dirigia ao Planalto também à procura de riquezas.

A ausência de fontes não nos permite avaliar a produção das minas de Paranaguá, mas “há indícios de que, já em 1659, se reconhecia que essas minas não correspondiam às expectativas do governo”.¹²

Foi nessa mesma época que, por determinação governamental, foi transferida para outros centros econômicos mais ativos, como o Rio de Janeiro, grande parte da população escrava indígena que supria a mão-de-obra em Paranaguá.

O incentivo por parte do governo português para que se continuasse a busca de metais preciosos trouxe ao litoral paranaense a presença inclusive de especialistas no “*métier*”, que não tiveram, entretanto, sucesso.

Durante o último decênio do século XVII, a Câmara de Paranaguá solicitava ainda mais índios para os trabalhos de mineração, visto que os habitantes do litoral se encontravam em inferioridade, no tocante à mão-de-obra escrava, se comparados ao agrupamento minerador paulista que trabalhava nos campos de Curitiba.

De um modo geral, durante a primeira fase econômica paranaense, constituída de economias locais de subsistência e de mineração, houve predominância da mão-de-obra escrava indígena. Tanto no litoral como no planalto, os índios estavam mais facilmente à disposição dos colonizadores e exigiam menores investimentos para serem transformados em escravos. O grande fluxo de mão-de-obra escrava africana alcançou ainda o final dessa fase econômica, mas a importação de cativos está ligada principalmente aos novos fatores de ordem externa.

Devido as novas descobertas de ouro noutras regiões do Brasil, como Minas Gerais e Cuiabá, a região paranaense foi abandonada pelos paulistas. A partir daí, essa área geográfica passou a constituir uma mesma comunidade – a paranaense – tendo por base as vilas de Paranaguá e Curitiba, que se mantinham, entretanto, isoladas do conjunto da economia brasileira.

A economia mineradora “parnanguara” entrou em completa desagregação, e os habitantes passaram a se dedicar exclusivamente às pequenas plantações – como as de arroz e mandioca – para sua própria subsistência e para permutas. O pequeno excedente proveniente das

¹² HISTÓRIA do Paraná, p. 35.

plantações era trocado por certas mercadorias necessárias, trazidas de outros centros por pequenos navios.

Em virtude da escassez da produção aurífera, desde o início, os campos de Curitiba serviram, do ponto de vista material, a atividades ligadas à lavoura de subsistência e à pecuária. A área se prestou à exploração do pastoreio, e esse novo gênero de vida exigiu, pouco a pouco, a fixação de pequenos núcleos de habitantes, com seus escravos, em torno dos pousos e dos currais de gado.

No final do século XVII e início do século XVIII, a expansão progressiva da pecuária no planalto, que se tornou uma atividade cada vez mais lucrativa, integrará, mais diretamente, a comunidade paranaense à estrutura econômica brasileira.

1.2 O POVOAMENTO NO SÉCULO XVIII: O VIVER DAS MINAS E DA PECUÁRIA

A partir dos primeiros decênios do século XVIII, toda a atividade econômica brasileira teve como pólo central a região de Minas. A grande empresa do açúcar é substituída pelo arranco da mineração que está ligada à conjuntura européia. Os movimentos econômicos da Europa atravessam, nessa época, uma fase "A" (alta) que se caracteriza, pela *"conjuntura de guerra na Europa; alta dos preços; descoberta de ouro das Minas e criação do banco da Inglaterra"*¹³. Em decorrência disso, houve uma maior aceleração da produção brasileira, que visava a atender às demandas do mercado de consumo europeu. Deste modo a economia brasileira participa mais ativamente do jogo da economia européia, onde prevalecem as flutuações econômicas de longa duração, que não acarretam mudanças frequentes de estrutura.

A empresa de mineração tornou-se o novo ponto de referência em torno do qual se reestrutura toda a economia brasileira e, em particular, a das grandes áreas sulinas. Estas áreas se organizaram em função do mercado central e inseriram-se num contexto de desenvolvimento até então não experimentado.

¹³ MAURO, F. *Des Produits et des hommes*. Paris: Mouton, 1972. p. 80.

Segundo C. FURTADO, “a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que articulassem as diferentes regiões do sul do país”¹⁴. No que se refere ao Paraná, essa articulação é representada, no início, pela utilização do campo limpo para a criação de gado. Estimulados pelas demandas dos mercados centrais (de mineração), os campos do Paraná se integraram rapidamente a esta nova conjuntura econômica, no papel de fornecedores, principalmente, de gado.

A ocupação dos “Campos Gerais” resultou dos movimentos expansionistas da vila de Curitiba, que se efetivaram durante todo o século XVIII e parte do século XIX. Segundo B. PINHEIRO MACHADO,

A expansão se fez pelas regiões dos campos naturais, sendo, na organização da vida social, os matos apenas serventias da vida campeira. Nessa área de expansão, tendo como centro dominante a cidade de Curitiba, estruturou-se uma sociedade regional¹⁵.

A expansão da comunidade curitibana possibilitou a fundação de pequenas cidades ao longo dos caminhos. Um pouco mais tarde estabeleceu-se, paralelamente à criação de gado, o comércio de mueres provenientes do Rio Grande do Sul. A partir daí, os habitantes do planalto tornaram-se criadores de gado e “tropeiros”, construindo um sistema sociocultural que se caracteriza por essas etapas histórico-econômicas.

O estabelecimento de currais favoreceram a penetração e ocupação do interior do Paraná no século XVII. R. SIMONSEN diz que “nos campos de Curitiba, parece ter sido o gado originário de São Vicente. Os dos campos do sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, supõem-se terem sido introduzidos principalmente pelas missões jesuíticas espanholas”.¹⁶

A corrida do ouro determinou um crescimento populacional considerável na região de Minas, onde a mão-de-obra era assegurada por colonos vindos da Europa, por escravos importados e pela migração

¹⁴ FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1967. p. 83.

¹⁵ PINHEIRO MACHADO, B. *Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais*. B. Univ. Fed. Paraná, Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Curitiba, n. 3, 1963, p. 7.

¹⁶ SIMONSEN, p. 152.

interna de escravos e colonos. Antes mesmo de 1740, segundo ANTONIL e BOXER, a população escrava de minas atingiu um total de 100 mil. Para C. FURTADO, “a imigração européia para o Brasil no século da mineração não terá sido inferior a 300 mil e poderá haver alcançado meio milhão”¹⁷. Ainda que nas minas a mão-de-obra fosse em grande parte assegurada pelos escravos, estes “em nenhum momento chegam a constituir a maioria da população”¹⁸.

Em virtude da excessiva concentração de recursos humanos para os trabalhos de mineração, surgiram dificuldades de abastecimento da região. E, como antes da mineração não havia nenhuma estrutura econômica nessa região, a solução foi importar, de outras regiões brasileiras, alimentos, animais de transporte e equipamentos.

As atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo no sul do Brasil se desenvolveram ainda mais, e, devido à demanda crescente, os preços dos alimentos e dos animais de transporte elevaram-se rapidamente. Evidentemente, “era muito atraente vender a cabeça de gado a 120-150 mil réis na zona da mineração, elevando os lucros 20 ou 30 anos vezes”¹⁹.

Face a esta nova conjuntura econômica favorável, a pecuária nos campos paranaenses alcançou um novo ciclo de desenvolvimento, fazendo aumentar o número de fazendas de criação e, mais tarde, de invernadas (cercados onde o gado descansa e recupera o peso).

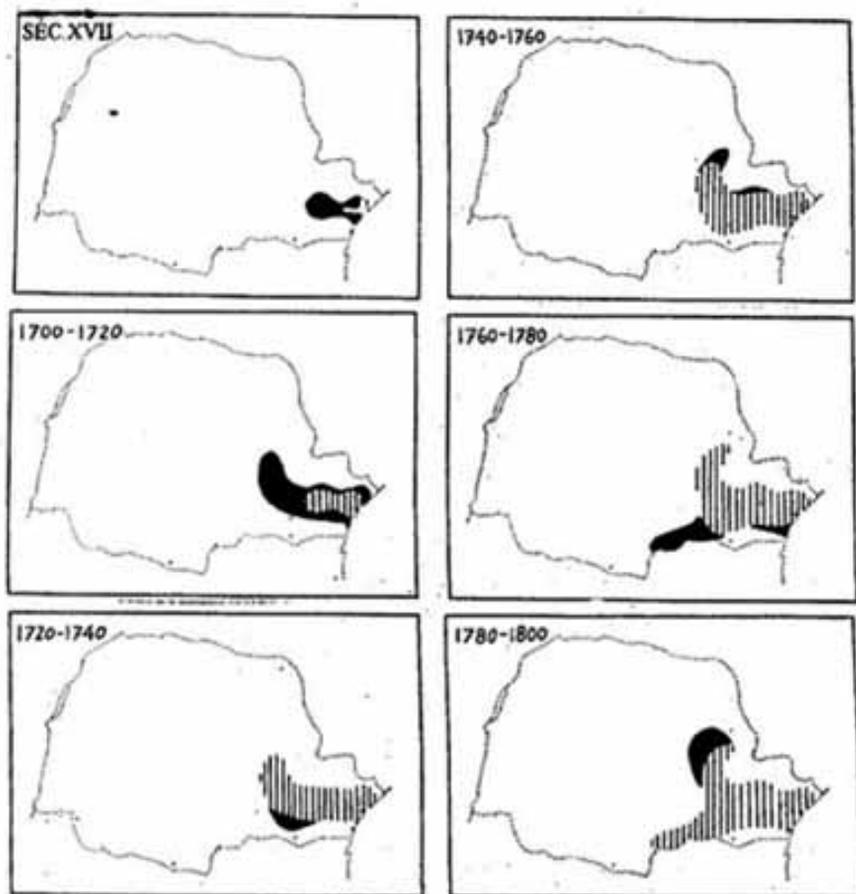
As imagens visualizadas nas figuras 1 e 2 apresentam a evolução do povoamento dos campos do Paraná no século XVIII, nas regiões onde se estabeleceram, mais tarde, as cidades de Castro, Lapa, Pirai, União da Vitória e Tibagi. A figura 1 apresenta uma coleção de mapas mostrando, em cada um, o crescimento do povoado (manchas pretas) em períodos de 20 anos, nas áreas do primeiro e partes do segundo planaltos. A figura 2 mostra, num mapa de síntese, a imagem de conjunto de todas as etapas deste povoamento, onde se pode constatar a ocupação, em menos de 100 anos, de todos os campos limpos do primeiro e segundo planaltos do Paraná.

¹⁷ FURTADO, p. 81; BUESCU, M. Evolução Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1974. p. 70.

¹⁸ *Ibid*, p. 81.

¹⁹ BUESCU, p. 83.

1 - O PARANÁ NO SÉCULO XVIII. ETAPAS DO POVOAMENTO

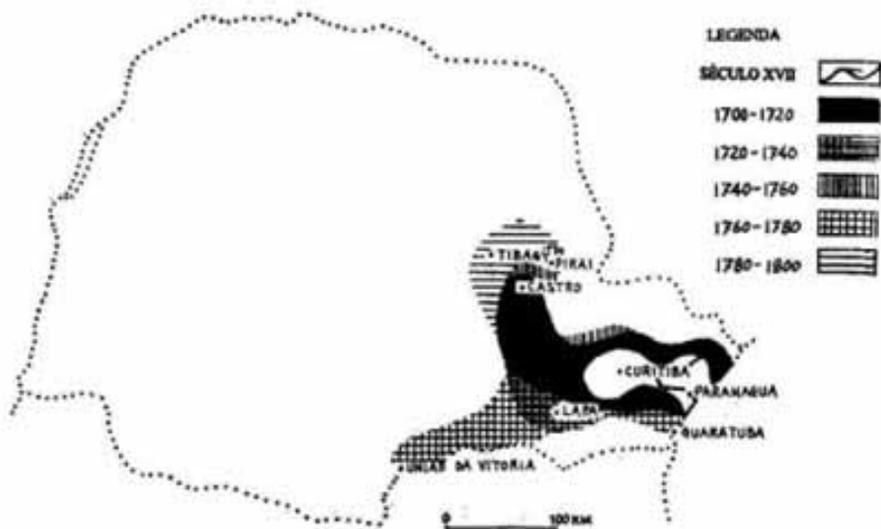


FONTE:

"ATLAS HISTÓRICO DO PARANÁ"

CARDOSO, J.A. ATLAS HISTÓRICO DO PARANÁ. CURITIBA: IND. GRAF., 1981

2 – PARANÁ NO SÉCULO XVIII. ETAPAS DO POVOAMENTO – SÍNTESE



FONTE: "ATLAS HISTÓRICO DO PARANÁ"

Os campos de Curitiba, "*onde vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado*"²⁰, encontravam-se então muito bem situados: próximos aos mercados de Sorocaba (São Paulo), eram ainda passagem natural obrigatória para toda a exportação sulina.

Em 1725, devido às dificuldades de abastecimento das regiões de mineração, o Governador da Capitania de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, autorizou o transporte do gado vacum do sertão de Curitiba para as minas de Cuiabá, nos seguintes termos:

²⁰ ANTONIL, A.J. *Cultura e opulência do Brasil*, introdução por CANABRAVA, A. São Paulo: Editora Nacional, 1967, p. 264.

Por ser conveniente ao real serviço de V.M., e ao aumento das novas minas Cuyabá, colocar-se nelas gados vacum para o sustento dos mineiros, e demais pessoas, que se encontram naqueles descobrimentos. Também isso resultará em grande conveniência aos moradores desta Capitania que os quizerem mandar, ou levar, par as minas de Cuyabá, e por me constar que nesta dita capitania, existem vários moradores que tem currais de gado no sertão de Curitiba dessa "comarca", donde se podem conduzir, para as ditas minas que lhe resultarão de grandes utilidades²¹.

A partir de 1765 e até meados do século XIX, o território paranaense, por decisão da Coroa portuguesa, pertenceu à Capitania de São Paulo. Somente em 1853 o território do Paraná, que constituía a 5ª Comarca de São Paulo, conquistou a sua emancipação.

Depois da Autorização Real de 14 de março de 1702, mandando conceder sesmarias, é que o Governador D. Alvaro da Silveira e Albuquerque iniciou essa prática através de um documento expedido a 16 de agosto de 1703. Os pedidos de sesmarias nos campos de Curitiba partiam sobretudo de São Paulo, Santos e Paranaguá, sendo que, inicialmente, fazia-se a ocupação do solo com alguns escravos e algumas cabeças de gado. Em seguida, alegando ocupação anterior, solicitava-se a sesmaria.

A sesmaria cedida em 19 de março de 1704, na região do rio Iapó, ao paulista Pedro Taques de Almeida e sua família, está diretamente ligada à povoação de Castro. Uma vasta coleção de documentos do Arquivo Ultramarino Português, cujas cópias se encontram no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, é de interesse para o Paraná. Nela encontra-se a relação de todas as fazendas dos Campos Gerais, com os nomes de seus proprietários. As 29 fazendas relacionadas para o ano de 1772 foram distribuídas entre seis proprietários, sendo cinco deles de São Paulo e um de Paranaguá. Na relação de cada fazenda consta o número de animais e, freqüentemente, o de escravos negros.

A partir do estabelecimento de uma economia de tipo rural para as regiões paranaenses ligadas às atividades da pecuária, originou-se uma espécie de sociedade rural, caracterizada pelo regime de escravidão. Ainda que o trabalho escravo e o trabalho livre coexistissem, a sociedade paranaense, como todo o Brasil, foi envolvida e marcada pelo regime escravista.

²¹ Citado por R. SIMONSEN, p. 161.

A decadência do ciclo da mineração no Paraná e o impulso proporcionado às atividades da pecuária pelos mercados centrais da economia brasileira fizeram com que nos primeiros decênios do século XVIII, a mão-de-obra escrava passasse a ser utilizada nas fazendas. Nesse período, a escravidão indígena ainda existia, mas o escravo negro constituía a grande maioria.

A mão-de-obra escrava era empregada nos serviços internos da fazenda, juntamente com trabalhadores assalariados. Após o final da fase da mineração houve a necessidade de se utilizar os estoques excedentes de escravos que se deslocavam para as regiões da pecuária, pois, desocupados, representavam um ônus para a economia paranaense. O grupo social da fazenda não era composto apenas por mestres e escravos, mas também por agregados que apesar de serem pessoas juridicamente livres viviam subordinados à classe senhorial. Dessa maneira, *“escravos e camaradas, nas fazendas, desde que amanhecia, saíam em grupos para as invernadas, a fim de fazer o rodeio”*²².

O estabelecimento da pecuária como empresa econômica fundamental cristalizou a manutenção do trabalho escravo. E nessa conjuntura econômica houve a transposição do sistema escravista da mineração em decadência, para a criação de gado, em plena ascensão. A partir daí, haverá uma mudança de atividades de grande parte dos habitantes do planalto, e mesmo do litoral. Diante disso, *“alguns mineradores se fizeram ‘tropiceiros’, ‘invernadores’ e criadores de gado e retiraram das minas o pessoal necessário a essas atividades”*²³. E, ainda através das cartas de concessão de sesmarias, constata-se a presença de escravos que acompanham os mestres nas atividades de pastoreio. Nas fazendas dos Campos Gerais pertencentes ao Convento do Carmo, em Itu (São Paulo), os frades possuíam *“4.000 cabeças de gado vacum, 200 éguas, 200 ovelhas e 40 escravos”*²⁴, num total de 5 fazendas. Isto equivale a uma média de 8 escravos por fazenda e, nesse caso, é bem provável a participação em número maior de trabalhadores livres. Por outro lado, o Colégio dos Jesuítas de Paranaguá era proprietário de 2 fazendas, em Pitangui e Curitiba, tendo em ambas

²² PINHEIRO MACHADO, p. 14.

²³ MARTINS, p. 221.

²⁴ Coleção de documentos do arquivo histórico ultramarino Português. Photocopie du Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Doc. n° 364, 1772.

"1.020 cavalos, 2.030 cabeças de gado e 40 escravos"²⁵. De acordo com esse exemplo, a média seria de 20 escravos por fazenda, o que pode levar a se acreditar numa maior participação do trabalho escravo em relação ao trabalho livre. Entretanto, essas fontes revelam, seguramente, o total de escravos empregados em todas as atividades das fazendas (serviços domésticos, agrícolas, etc) e não somente naquelas ligadas à pecuária.

Não há fontes que possam determinar, com segurança, o coeficiente de mão-de-obra empregada nas diversas atividades das fazendas. Entretanto, pelas informações pesquisadas, pode-se verificar que a criação de gado exigia um número reduzido de trabalhadores. Segundo R. PEBAYLE, no Rio Grande do Sul "*numa média sesmaria é possível criar até 500 cabeças. Seis homens são suficientes para assegurar um bom mercado para esta criação.*"²⁶

A pecuária praticada nos campos do Paraná não exigia muitos trabalhadores, pois "desde o início o trabalho era feito pelo próprio fazendeiro ou por um 'capataz', com poucos escravos"²⁷.

Baseando-se sempre nos dados obtidos sobre a Capitania de São Paulo, O. IANNI informa que "*3 a 4 mil cabeças são cuidadas satisfatoriamente por 4 a 6 peões liderados por um 'capataz'*"²⁸. Em 1772 havia 52 grandes fazendas ao longo do caminho das tropas que atravessavam os Campos Gerais. Se tomarmos como exemplo um total estimado de 10 escravos por fazenda, teremos então uma população prevista de 520 escravos para o total das fazendas. Com uma média de 3 escravos empregados (junto aos "agregados") nos cuidados do gado, presume-se que, aproximadamente, 1/3 dos escravos seria utilizado nesse setor. A grande maioria dos escravos estaria, então, vinculada às demais atividades da fazenda, que constituía um conjunto econômico e social integrado.

No Paraná, no final do século XVIII, devido à saturação dos mercados centrais, houve uma baixa sensível nos preços dos animais de transporte e do gado. Em 1790, segundo Romário MARTINS, "*um cavalo*

²⁵ SERAFIN LEITE, P. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, v. 6, 1938, p. 455.

²⁶ PEBAYLE, R. *Éleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)*. Paris: Tese Doutorado de Estados, dactyl. 1974, p. 41-42.

²⁷ PINHEIRO MACHADO, p. 9.

²⁸ IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962. p. 63, citando SPIX et MARTINS. *Viagem pela capitania de São Paulo - 1817-1818*. São Paulo, 1929. p. 66-67.

*custava 4 mil réis e um boi 2 mil réis*²⁹. Os preços sofreram então reduções em relação aos custos: para se comprar um escravo robusto, de 18 a 30 anos, valendo 120 mil réis, eram necessários 30 cavalos ou 60 bois. E antes, em 1740, isto é, em pleno auge do ciclo da mineração, os preços desses animais nos mercados chegaram a *"25 e 8 mil réis"*³⁰, respectivamente. Nesse caso, apenas 5 cavalos ou 15 bois bastavam para se comprar um escravo com aquelas características. Portanto, durante o século XVIII, os escravos representavam, no Paraná, um investimento considerável para os fazendeiros, se comparados às tropas.

O emprego da mão-de-obra escrava, com raríssimas exceções, nas mesmas atividades dos trabalhadores livres, é indício de que os escravos representavam uma porcentagem significativa no total da população paranaense. De acordo com o Censo geral de 1772, feito pela Capitania de São Paulo³¹, a população paranaense era composta de 7.627 habitantes, dos quais 28,8% eram escravos. Com base nas pesquisas sobre a população do litoral de Paranaguá e Antonina³² para o final do século XVIII, temos a seguinte tabela:

TABELA 1

PARANÁ, 1798. POPULAÇÃO DO LITORAL.
(PARANAGUÁ E ANTONINA SEGUNDO SEXO E CONDIÇÃO)

	Sexo masculino		Sexo feminino		Total	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Líves	3024	75,7	3196	77,8	6220	76,8
Escravos	970	24,3	913	22,2	1883	23,2
TOTAL	3994	100,0	4109	100,0	8103	100,0

²⁹ MARTINS, p. 221.

³⁰ MARTINS, p. 221.

³¹ HISTÓRIA do Paraná, p. 117.

³² WESTPHALEN, C.M. Duas vilas paranaenses no final do século XVIII: Paranaguá e Antonina. Curitiba: Bol. Univer. Fed. Paraná, n. 5, 1964, p. 4.

De acordo com os elementos demográficos apresentados acima, verifica-se que 23,2% da população total das duas cidades era formada por cativos; há uma ligeira superioridade da população escrava masculina sobre a feminina, isto é, 24,3% e 22,2% respectivamente, o que demonstra um certo equilíbrio nessa categoria; a população livre feminina difere da população escrava feminina, por uma forte proporção de 77,8% contra 22,2%; de uma maneira geral, verifica-se um relativo equilíbrio em relação ao sexo, tanto na população livre quanto na escrava.

Ainda com base em outros números fornecidos por essa mesma pesquisa, pode-se constatar que 46,3% da população escrava pertencia a grupos de idade superior a 20 anos. Isto prova que um grande contingente desse total se encontrava em sua plena capacidade produtiva.

Do ponto de vista econômico, pode-se constatar que, para o final do século XVIII, a farinha de mandioca e o peixe eram as maiores riquezas do litoral paranaense, seguidos pelo arroz, feijão e milho. A relação estabelecida entre o total da produção desses gêneros e as prováveis necessidades de consumo da população permite concluir que uma grande parte da produção – 88,0% para Paranaguá e 68,08% para Antonina³³, foi consumida nas próprias vilas. Observa-se, portanto, que nessa época a economia litorânea era essencialmente de subsistência. Esses números se reforçam pela verificação de que uma grande parte da população em idade produtiva, qual seja, 79,6% do total, ocupava-se com atividades do setor primário. A grande massa escrava, isto é, 65,7% do total da população escrava, também estava ligada aos trabalhos agrícolas e à pesca, que caracterizavam o setor primário da produção.

Para o final do século XVIII, a Vila de Curitiba possuía uma população escrava que correspondia a 18% da população total. A economia estava centrada na produção de bens de consumo destinados, principalmente, aos próprios habitantes. Dentre os principais produtos pode-se destacar o milho, o feijão, a farinha e o trigo. O agrupamento escravo desempenha um importante papel nessa atividade de produção pois representa aproximadamente 50% da população produtiva. De acordo com as análises apresentadas, é por volta do final do século XVIII que as vilas de Curitiba e do litoral paranaense apresentam uma estrutura econômica alicerçada na mão-de-obra escrava e organizada especialmente em função da produção para a subsistência.

³³ WESTPHALEN. *Dois vilas...*, p. 12.

Em suma, o Paraná do século XVIII se articulou face a uma dicotomia. Estabeleceram-se, praticamente, duas áreas econômicas não integradas: 1) a área da economia da pecuária, isto é, os Campos Gerais, caracterizada pela criação e transporte do gado e pelo tropeirismo que, durante a maior parte do século XVIII, integrou a economia central do Brasil. E aqui deve-se levar em consideração que as fazendas eram também auto-suficientes, ou seja, produziam para sua própria subsistência. 2) a área onde prevaleceram os padrões específicos de economia de subsistência, isto é, as pequenas vilas do planalto e do litoral, que raríssimas vezes entravam em contato com os polos centrais da economia colonial e que guardavam seu ritmo lento de produção.

2 A ECONOMIA PARANAENSE: DESTINO COLETIVO E PROSPERIDADE COMERCIAL

2.1 A ECONOMIA DO MATE E AS BORDURAS DO ATLÂNTICO

A formação da economia colonial teve como instrumentos fundamentais a consolidação da ocupação do solo e a valorização econômica das novas regiões. E, nesse quadro, a mão-de-obra escrava exerceu um papel muito importante. Toda a produção colonial destinava-se a servir um mercado crescente que exigia, cada vez mais, *“aqueles produtos que possam preencher a função do sistema de colonização no contexto do capitalismo mercantil”*³⁴.

Com o domínio do capital comercial sobre a população, o tipo de escravidão que foi implantada era o de uma instituição diretamente ligada ao sistema colonial. A partir daí, será em função da economia-mundo que se desenrolará a expansão da colonização. O estabelecimento das economias periféricas tornou-se um imperativo fundamental na dinâmica do desenvolvimento econômico.

Nas novas regiões colonizadas da América, o emprego do braço escravo, em escala ascendente, possibilitou a produção e a exportação dos produtos destinados às metrópoles. Essas novas regiões, como o Brasil, as Antilhas e o sul dos Estados Unidos, foram *“plenamente penetradas e integradas ao sistema capitalista mercantilista mundial”*³⁵.

No âmbito da historiografia econômica contemporânea, uma das grandes preocupações foi a definição do tipo histórico da economia latino-americana. Posturas ideológicas assumiram um papel importante nas discussões sobre as possibilidades de transposição do modo de produção capitalista para o caso da América Latina. Ainda que partindo de conjuntos esquematizados, acentuaram-se certas tendências em transpor o esquema marxista clássico como caracterização geral para todas as épocas.

³⁴ NOVAIS, F.A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: CEBRAP (cad.17), 1974. p. 37.

³⁵ GUNDER FRANCK, A. *Le développement du sous-développement*. Paris: MASPERO, F. 1970. p. 204.

Outras tendências optam pela antítese, isto é, são contrárias a essa transposição, alegando que, naquele modelo teórico, as variáveis tempo e espaço desempenham papéis fundamentais e que, por outro lado, o capitalismo comercial representa uma estrutura particular da economia para o período moderno, com características e mecanismos próprios.

Ainda outras posições aceitam explicitamente o prevaletimento do domínio do capital comercial sobre a produção em casos como o do Brasil e das Antilhas, mas não extensível para o restante da América Latina.

Em resumo, desde o século XVIII até o século XIX, a economia da América Latina pode ser identificada como capitalista, na medida em que se leva em consideração suas características intrínsecas, como as formações sociais que foram diferentes das europeias, como por exemplo os regimes de trabalho: a escravidão, a “*encomienda*” e a “*mita*”.

Admitindo-se que nenhuma economia pode entrar na economia-mundo sem as vias do capitalismo, a implantação e a extensão da escravidão foi a solução encontrada pelos colonizadores portugueses no Brasil, como uma empresa diretamente ligada ao capitalismo comercial europeu. Durante muito tempo, o trabalho escravo foi explorado em praticamente todos os setores da economia.

A demanda de produtos coloniais no mercado europeu estabeleceu a necessidade de um maior povoamento do Novo Mundo. De certa forma, justifica-se a imigração forçada da mão-de-obra escrava africana, ainda que outros fatores, como o clima, tenham tido também uma certa importância.

No que se refere ao Brasil, o modo de produção escravista determinou todos os outros modos de produção existentes, sendo então considerado como o modo de produção dominante. Esse esquema pode ser aplicado mesmo nas áreas - como por exemplo, no Paraná - onde as relações de produção se caracterizaram pelas formas de trabalho escravo e trabalho livre.

Segundo C. CARDOSO, para se analisar os mecanismos do modo de produção escravista, é necessário levar-se em consideração dois fatores:

1º) o caráter colonial (periférico e subordinado) das formações sociais;

2º) a escravidão vista em seu funcionamento econômico e como fundamento das estruturas sociais³⁶.

³⁶ CARDOSO, C.F.S. *La Guyane Française (1715-1817): aspects économiques et sociaux - contribution à l'Étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*. Paris: Thèse de 3ème cycle. Paris - Univ. Nanterre, Dactyl, v. 1, 1971, p. 160.

As novas formações sociais levaram ao desenvolvimento das forças produtivas, e o sistema social que nasceu da união dos dois fatores apresentados acima se caracterizou, principalmente, pela predominância dos senhores, que exerciam o controle total sobre a mão-de-obra. E como, sobretudo no século XIX, a produção das mercadorias se processa no âmbito do mundo capitalista, os proprietários são levados a construir um tipo de sociedade onde eles têm a necessidade absoluta de assumir a direção. De toda maneira, é em função da escravidão, nas regiões onde ela atua, que se define a vida econômica e social.

A organização da produção colonial para o atendimento do mercado metropolitano exigiu o deslocamento de contingentes crescentes de mão-de-obra. Essa situação estimulou, através de um vasto circuito comercial, um intenso tráfico negreiro, que se tornou um dos maiores sustentáculos da economia brasileira: *“As rotas África-Brasil e Brasil-África era inseparáveis de uma rota Europa-Brasil, pelo menos até uma certa época”*³⁷.

A preservação do tráfico de escravos implicava, obviamente, na manutenção da escravidão que, por sua vez, tinha sua existência fundamentada no sistema de exploração colonial. E o produto desse tipo de exploração visava a atender o mercado externo, como também a *“estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental”*³⁸. Dentro desse quadro, o latifúndio, como característica da formação da sociedade brasileira, constituiu-se numa organização para fixar a população.

Uma vez determinada a importância do sistema de exploração colonial, onde a mão-de-obra escrava representou um fator preponderante, verificou-se a necessidade da intensificação do tráfico negreiro para o fornecimento de trabalho escravo. De acordo com o que foi exposto, a manutenção do tráfico estava diretamente ligada à evolução do processo escravista, sendo, portanto, o tráfico, um elemento ao qual se vincula a necessidade do escravismo. Sua extinção representou a eliminação de um dos fatores fundamentais de preservação da escravidão.

Durante os primeiros decênios do século XIX, a economia paranaense começou a entrar definitivamente numa fase comercial. A partir daí, estruturou-se uma economia de exportação que substituiu quase

³⁷ MAURO, F. *Economie maritime brésilienne*. Boletim de Estudos Portugueses. Lisboa, v. 31, 1970. p. 273.

³⁸ NOVAIS, p. 42.

por completo a produção de subsistência. Nesse novo contexto histórico-econômico, a produção do mate, para exportação, monopolizou todas as atividades do litoral e primeiro planalto do Paraná.

Nessa época, houve uma coexistência de duas fases econômicas importantes para o Paraná: a fase do mate e o ciclo do gado e do tropeirismo, que determinaram a ocupação e um maior povoamento do primeiro e segundo planaltos.

A criação de gado e as atividades ligadas ao tropeirismo nos Campos Gerais foram estimuladas pelas possibilidades oferecidas através do comércio com Minas Gerais. Já a economia do mate era fortalecida pelo interesse do comércio com a Prata. Esta euforia de “produzir para exportar” levou ao quase total abandono das atividades ligadas à subsistência. Como consequência, haverá um certo desequilíbrio entre os setores comercial e de subsistência.

A crise do abastecimento da população provocou um aumento da importação de artigos e gêneros vindos do exterior e de outras províncias brasileiras, como é o caso do açúcar, farinha de trigo, carnes e toucinho, sal, bebidas, tecidos e outros. As atividades de subsistência passam a ser preocupações de pequena parcela da população. Entretanto, a crise do abastecimento só foi resolvida em parte pela importação.

As atividades de produção do mate surgiram, no primeiro planalto do Paraná, quando o governo português demonstrou seu interesse por essa exploração econômica, nos primeiros decênios do século XVIII. As possibilidades previstas pela Coroa de introduzir essa bebida na Europa e de intensificar o comércio com o Prata significaram um novo estímulo às populações do sul do Brasil.

A Carta Régia de 1722 determinava que fosse permitido aos habitantes do sul da capitania de São Paulo, portanto do Paraná, estabelecerem relações com a Colônia do Sacramento, “*com a qual devia ser feito o tráfico da Congonba (mate) de que há muita pelas terras para se introduzir em Buenos Aires*”.³⁹ Esse incentivo estava associado aos interesses políticos da Coroa no sentido de fazer prevalecer a presença de portugueses no sul, sendo que “*a continuação desse comércio facilitaria aos homens o acesso aquele litoral*”.⁴⁰

³⁹ Citado por LINHARES, T. História Econômica do Mate. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961. p. 71.

⁴⁰ Ibid.

As determinações governamentais permitiam a exportação do mate e de outros gêneros através do Porto de Paranaguá. Esta é, portanto, uma medida que deixa entrever as preocupações portuguesas em conhecer melhor o Atlântico sul, em vista de possíveis expansões, de ordem econômica e geográfica. Entretanto, nessa época, o mercado do Prata era completamente dominado pelas exportações feitas pelos jesuítas que produziam mate nas missões. Esse predomínio da exportação jesuítica, aliado à produção paraguaia, impediu por quase um século a expansão da exportação paranaense de mate em direção ao Prata.

No início do século XIX, dois fatores poderiam ter proporcionado a imediata exportação paranaense:

1. a expulsão dos jesuítas (1767), que provocou o abandono total da produção de mate dentre os indígenas;
2. o colapso da produção paraguaia, provocado por decisões governamentais que visavam monopolizar a exportação.

Entretanto, ainda que houvesse condições externas favoráveis à exportação do mate, "*Paranaguá permanecia um pequeno porto, sem maiores ligações e sem animação comercial*"⁴¹, pois, no interior, não havia a infraestrutura necessária para um maior desenvolvimento da produção.

A conjuntura político-econômica do início do século XIX permitiu o grande arranco da exportação paranaense de mate. A abertura dos portos brasileiros ocasionou um movimento maior no porto de Paranaguá que, por sua vez, estabeleceu um maior contato comercial com Buenos Aires em virtude, também, da abertura deste porto. Além disso, o cerco terrestre de Montevideu pelos revolucionários determinou a vinda a Paranaguá, de comerciantes platinos em busca de gêneros. Essa nova situação econômica provocou a intensificação do movimento comercial do porto de Paranaguá.

Ainda nessa conjuntura, chega no Paraná, segundo VIEIRA DOS SANTOS⁴², o argentino Don Francisco Alzagaray, procedente de uma família ligada à prática e ao comércio do mate. Foi Alzagaray o grande

⁴¹ WESTPHALEN, C.M. O Porto de Paranaguá em 1822. In: Paraná - 1822. Curitiba; Bol. n° 19, Univ. Fed. Paraná, 1972. p. 38.

⁴² VIEIRA DOS SANTOS, A. Memória Histórica Cronológica, Topográfica e Descritiva da Vila de Morretes e Do Porto Real - 1851. Curitiba: Museu Paranaense, 1950, T. I. p. 207.

incentivador da produção de mate no Paraná, pois introduziu novas concepções de beneficiamento da planta e fabrico do mate e encaminhou essa produção para o comércio do Prata, através de Paranaguá. Foi a partir daí que a produção paranaense ganhou maior expressão econômica. “*Em relação à economia ervateira, as unidades produtivas encontravam-se preferencialmente nas cidades ou em seus arredores. Quando os engenhos, por algum motivo, instalavam-se fora das cidades, provocavam a imediata urbanização de seu entorno*”⁴³.

Toda a colheita era feita em terras do planalto curitibano e, ainda nos princípios do século XIX, era transportada para os engenhos localizados no litoral, isto é, em Morretes, Paranaguá e Antonina. Daí surgiu a necessidade imediata da construção de uma estrada, em melhores condições, que ligasse o planalto ao litoral. Para isso, foi enviada ao Rei de Portugal uma representação, solicitando-lhe uma Ordem Real que fixaria uma espécie de imposto sobre os gêneros e animais transportados de Curitiba para Paranaguá e Antonina. A arrecadação dessa soma – “30 réis em cada arroba” de gêneros “bem como 200 réis em cada cabeça de gado”⁴⁴ – possibilitaria a construção da estrada.

Ainda que a Ordem Real não tenha sido expedida, alguns anos mais tarde, em 1822, diversos benefícios haviam sido introduzidos na velha estrada.

O surgimento dos primeiros engenhos em Curitiba transformou a estrutura econômica da região, e “o próprio fenômeno da expansão ecológica sofrida pela comunidade a partir dessa época tem relação íntima com as evoluções da economia do mate, pois a congonha será o produto fundamental a partir de então”⁴⁵. O deslocamento dos engenhos do litoral para o planalto e a construção de outros novos, demonstram a existência de um novo “clima econômico” em Curitiba.

A ação do trabalho escravo, paralelamente a do trabalho livre, também se fez sentir na produção do mate, onde a colheita, o preparo e o fabrico do mate exigiam intensa participação. A falta de documentação não permite estabelecer em quais fases do processo de preparo do mate eram utilizados os escravos e em quais condições; pode-se dizer, entretanto, que durante a fase

⁴³ PEREIRA, M.R.M. *Semeando iras rumo ao progresso: (ordenamento jurídico da Sociedade Paranaense, 1829-1889)*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 11.

⁴⁴ VIEIRA DOS SANTOS, A. *Memória Histórica, Cronológica, Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e seu Município – 1850*. Curitiba: Museu Paranaense, I, 1, 1951. p. 238.

⁴⁵ IANNI, p. 73.

de extração e transporte e de beneficiamento eram utilizados homens livres e escravos. Segundo O. IANNI,

estava em curso a convenção do sistema econômico-social, segundo requeria a comercialização do mate. Nesse processo, as exigências da produção contínua e a existência de contingentes cativos ou escravizáveis influenciaram-se reciprocamente, fazendo crescer o grupo de trabalhadores ligados ao mate.⁴⁶

No início do século XIX, o trabalho escravo foi utilizado nos engenhos para as tarefas mais árduas, o que permite R. MARTINS falar de "*pilões de soque a braços de escravos índios e negros*"⁴⁷. Os escravos eram ainda utilizados no transporte do mate, como atesta AZEVEDO MACEDO: "*Escravos e agregados, a pé, solidários, assistindo-se mutuamente, levavam para o litoral não só congonha, mas também alguns outros produtos e regressavam, trazendo, em troca, outras mercadorias*"⁴⁸.

Durante o segundo decênio do século XIX, a exportação do mate já era considerada como o principal elemento do comércio exterior paranaense. O movimento do porto de Paranaguá assumiu maiores proporções, sendo que até mesmo navios estrangeiros ali atracavam para fazer comércio e transportar o mate para os mercados platinos. Ainda nessa época o mate alcançava 44% do total da exportação do Paraná.

Segundo dados fornecidos por D. P. MULLER e apresentados por SAINT-HILAIRE⁴⁹, em 1835 o porto de Paranaguá exportou 84.602 arrobas de mate no valor de 192.204\$000, além de 27.950 alqueires de arroz no valor de 6.149\$000, madeira de construção no valor de 3.591\$320, e outros produtos. Mas, ainda que o valor das exportações tenha sido considerável, "*foi ele ultrapassado em 168.047\$899 pelo das importações, que consistiram quase inteiramente de mercadorias européias*"⁵⁰.

⁴⁶ IANNI, p. 75.

⁴⁷ Citado por IANNI, p.76.

⁴⁸ AZEVEDO MACEDO, F.R. *Conquista Pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Ed. Gerpa, 1951. p. 41.

⁴⁹ SAINT-HILAIRE, p. 159.

⁵⁰ *Ibid*, p. 160.

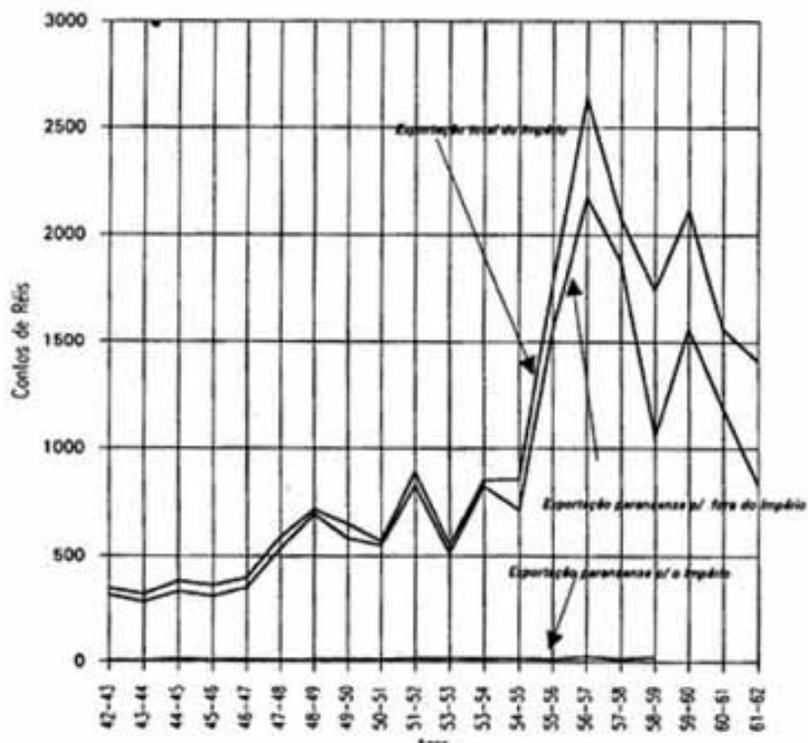
Em virtude da conjuntura política do Prata, o período que vai de 1839 a 1840 apresentou dificuldades para a exportação do mate do Paraná. Somam-se ainda as mudanças ocorridas na política de exportação paraguaia, que fizeram com que o mate do Paraguai reencontrasse os mercados anteriormente pedidos. Mas, ainda assim, a euforia provocada pelo comércio do produto levou o Paraná a aumentar sua produção e, desde então, a renovar, “*de modo concreto, as tentativas de emancipação político-administrativas de 5ª Comarca da Província de São Paulo*”⁵¹. Ainda no ano de 1840, exportava-se, através do porto de Paranaguá, principalmente mate, madeira e arroz, e importava-se fazendas, couros, sal, ferragens e outros. Durante o período de 1842 a 1861, mais de 96% da produção paranaense foi comercializada com o exterior, principalmente com a Argentina, Uruguai e Chile.

Desta maneira, a partir do decênio de 1820, o mate tornou-se o mais importante produto da exportação paranaense, situação esta que se manteve durante praticamente todo o século XIX. É preciso considerar que, após 1840, o Paraná penetra profundamente na conjuntura de emancipação política de São Paulo, o que vai acontecer em 1853. Durante essa fase, os desejos de liberdade política estão diretamente ligados à necessidade de expansão comercial. Era, portanto, imperativa a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo a fim de que ela alcançasse mais rápido e diretamente o seu progresso econômico.

Comparando-se o valor das exportações brasileira e paranaense de mate, no gráfico 1, verifica-se que a curva de exportação do Paraná acompanha, sempre próxima, as flutuações da exportação brasileira, mostrando ser realmente o Paraná o maior exportador de mate no período analisado.

⁵¹ WESTPHALEN, C.M. Navios e Mercadorias no Porto de Paranaguá, nos meados do Século XIX, Campinas: Anais da ANPUH, 1971, p. 453.

GRÁFICO 1
 EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE – VALOR



Fonte: Westphalen, C.M. *Navios e Mercadorias...*, op. cit., p. 511.

A exportação paranaense de mate atinge seu auge, quanto ao valor, no período de 1856-1857, o que pode ser explicado não apenas pelo número de arrobas exportadas, mas sobretudo pela alta dos preços verificada. De modo geral, pode-se decompor o ciclo visto no gráfico 1 em 4 fases, a saber:

- 1) o piso (de 1842 a 1851);
- 2) crescimento ou prosperidade (de 1852 a 1856);
- 3) auge (de 1856 a 1857);
- 4) queda ou crise (de 1858 em diante).

A crise internacional de 1857-1858 repercutiu, portanto, fortemente sobre a produção exportadora brasileira - sobretudo a paranaense - provocando a queda nos períodos seguintes.

Os maiores mercados platinos consumidores do mate brasileiro eram os da Argentina e Uruguai. De acordo com o gráfico 1, a curva da exportação paranaense para o Prata nivela-se, praticamente, com a curva da exportação total do Paraná, sendo o mate a exportação dominante. Pode-se concluir daí que os mercados do Prata eram os grandes compradores do mate produzido pelo Paraná.

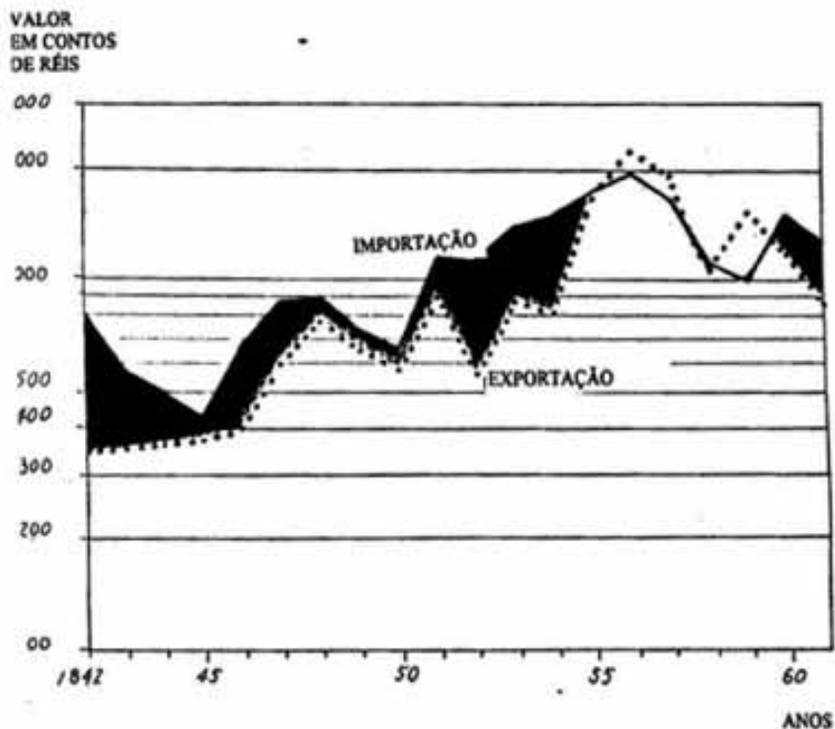
Durante o decênio de 1840, apesar da crise política, isto é, o bloqueio dos portos de Buenos Aires e Montevidéu, a exportação do mate paranaense se mantém ativa. Um dos fatores que proporcionou essa estabilidade relativa da economia paranaense foi a ausência da concorrência do mate do Paraguai, em virtude do decreto de 1846, monopolizando essa exportação. Essas foram, também, as condições que possibilitaram o crescimento das exportações paranaenses.

O comércio paranaense de exportação compreendia as mercadorias exportadas para dentro e para fora do Império. As exportações para o exterior eram as mais importantes e representaram, durante todo o período de 1842 a 1861, mais de 85% do total do valor das exportações através do porto de Paranaguá.

O comércio paranaense de importação estava ligado à carreira do Prata. Havia ainda as mercadorias importadas das outras províncias, principalmente do Rio de Janeiro, através da navegação de cabotagem.

Analisando-se a situação do comércio exterior do Paraná, verifica-se, no gráfico 2, que no período de 1842 a 1861 a curva da importação foi, durante a maior parte do tempo, superior àquela da exportação.

GRÁFICO 2
O COMÉRCIO EXTERIOR DO PARANÁ ENTRE 1842 E 1861



FONTE:
"O Porto de Paranaguá na metade do século XIX"
(WESTPHALEN, C.M.)

A curva de importação apresenta um período de queda em 1845-1846, seguido de um restabelecimento. A prosperidade continua até atingir em 1856 seu auge. É preciso destacar aqui que o período de euforia do mate do Paraná provocou uma baixa sensível na produção de gêneros alimentícios e, conseqüentemente, uma maior importação. Em relação à exportação, pode-se verificar que somente entre 1856 e 1859 ela ultrapassa a importação, em virtude de uma maior exportação de arrobas e da alta dos preços do mate. De um modo geral, não existem grandes diferenças ao longo das flutuações da importação e da exportação, com exceção da queda de ambas após a crise de 1857 e 1858. Em 1858 e 1859, o preço da arroba de mate cai de 5.365 para 3.327 réis, acarretando menor arrecadação nas exportações.

De acordo com as análises realizadas através do mercado exportador e importador de Paranaguá, verifica-se que o movimento desse porto foi o reflexo das flutuações da economia brasileira que, por sua vez, acompanhou as oscilações da economia-mundo. A crise internacional de 1857 transmitiu-se à economia brasileira, *“basicamente fundamentada na exportação de artigos primários recebendo, em conseqüência, o seu impacto, moderado ou forte, conforme a natureza e a intensidade da mesma”*⁵². Pode-se afirmar, dessa maneira, que o mate foi o produto fundamental para a integração, via marítima, da economia paranaense às rotas da economia brasileira e da economia-mundo. *“O mate era de vital importância para a Província, motivando três atividades distintas: a extrativa, a fabril e a comercial, além de alimentar quase toda a indústria de carros existentes no Paraná. Assim, todos os seus embarços repercutiam, em geral, na vida paranaense”*⁵³.

Durante o governo do Presidente Francisco Liberato de Matos, em 1859, a crise havia alcançado o Paraná. A baixa dos preços a índices de 1\$600 e 1\$800 havia enfraquecido o comércio, que enfrentava ainda o início da grande concorrência do mate produzido pelo Rio Grande do Sul. Os mercados platinos, saturados pelas ofertas, davam preferência, face a sua qualidade, ao mate proveniente do Rio Grande do Sul.

⁵² WESTPHALEN, *Navios...*, p. 466.

⁵³ WESTPHALEN, C.M. *Porto de Paranaguá: um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 1998. p. 267.

Toda essa conjuntura jogava contra a economia paranaense, que se sustentava com base na monocultura do mate. Diversas advertências foram feitas pelos Presidentes da Província no sentido de mostrar os perigos da não diversificação da produção. Já em 1854, o primeiro Presidente, Zacarias Goes e VASCONCELOS, lembrava os *"males que a concentração de esforços em torno do mate poderiam trazer à economia provincial"*⁵⁴.

O processo de emancipação política do Paraná provocou certos desequilíbrios no contexto econômico da nova Província. Mesmo após a constituição da Província do Paraná, prosseguem as instabilidades, provenientes das novas transformações políticas. A análise dos orçamentos provinciais para o decênio de 1850 revela a situação político-econômica que atravessava o Paraná. Nesse período, a situação econômica é precária em virtude da pouca aceitação do mate do Paraná nos mercados do Prata.

Em 1862 o Presidente Antonio Barbosa Gomes NOGUEIRA dirigia a fala à Assembléia Provincial:

A exportação do mate está passando por uma verdadeira crise: sendo toda a sua venda realizada nos mercados das repúblicas do Prata e do Pacifico, todas as revoluções que nelas se dão, e com especialidades nas primeiras, têm eco doloroso nesta praça; eco cuja repercussão se estende até a paralisação de semelhante ramo de exportação. Acresceu a estas circunstâncias, já em si péssimas, que alguns especuladores daqueles Estados, visando o lucro que podiam auferir no monopólio deste comércio, têm feito grandes plantações de erva, cujo fabrico a toma muito superior em qualidade ao desta provincia".⁵⁵

Ao final do decênio de 1850, a economia do mate estava em crise, como já foi visto, provocada pela má qualidade do produto (misturas), pela não estratégica colocação dessa exportação nos mercados do Prata e, ainda, pela concorrência do mate do Rio Grande do Sul e do Paraguai.

⁵⁴ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Zacarias Goes e Vasconcelos apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de Julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

⁵⁵ NOGUEIRA, A.B.G. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, Curitiba: Tip. Do Correio Oficial, 1862, p. 22.

Desde 1825, o cronista VIEIRA DOS SANTOS acumulou, em Paranaguá, experiência nos negócios ligados ao mate. Sua maior preocupação foi sempre lutar pelo bem da indústria do mate, exigindo garantias para a perfeita composição no fabrico e exportação do produto. No decênio de 1850, enviou cartas ao capitão Simão G. de Andrade, da cidade de Curitiba. Nessa correspondência o autor solicitava a organização de inspeções para fazer a revisão e o exame da fabricação do mate, visando uma melhor qualidade do produto. Segundo VIEIRA DOS SANTOS, dever-se-ia agir com *"uma boa fé, e não vir a desmerecer nos mercados públicos com a introdução de congomba falsificado"*⁵⁶. Ainda nessa correspondência, apresenta-se um levantamento dos preços do mate nos mercados de Valparaíso, Montevidéu e Buenos Aires, o qual mostra ter a erva exportada por Paranaguá um preço bastante baixo em relação à fabricada pelo Paraguai e Rio Grande do Sul.

Em relação ao café e ao chá, o mate sempre foi uma bebida barata. Apesar do grande consumo, principalmente dentre os povos do extremo sul da América do Sul, o mate sempre valeu menos que as outras bebidas. De 1860 a 1874, o preço médio do chá *"não ultrapassava de \$ 214 o Kg, ou \$3143 a arroba, quando o café era cotado regularmente de \$400 a \$800 o Kg. O chá-verde, esse, não se obtinha por menos de 6\$000 o Kg, assim como o chá-preto"*⁵⁷.

Com base nos quantitativos apresentados pelos orçamentos da Província do Paraná, verifica-se, ainda para o decênio de 1850, apesar da crise do mate, a aplicação de verbas em melhoramentos e obras públicas. Em 1855, foi iniciada a construção da estrada da Graciosa que, ligando o planalto ao litoral, tornou-se de importância fundamental para a produção paranaense.

Em virtude da crise internacional sobre o mate, houve, por parte dos governos provinciais, incentivos à diversificação da agricultura. Já nessa época, o plano para a introdução de colonos no Paraná começou a ser executado. Os orçamentos mostram as despesas com o estabelecimento de duas colônias, a de Assungui e a de Superagüi. Nessa última, o seu diretor, o suíço Charles Perret Gentil, ouvido pelo Presidente Liberato de Matos, afirmava que a alta dos preços e a carestia de víveres eram produtos da suspensão repentina da importação de braços escravos, isto é,

⁵⁶ VIEIRA DOS SANTOS, A. *Memória de Morretes*, p. 205.

⁵⁷ LINHARES, p. 166.

da abolição do tráfico negreiro, da absorção da escravaria, disponível pela lavoura de café paulista, da má orientação do governo quanto à política de imigração e colonização.⁵⁸

Por volta de 1860, a população paranaense atingia a cifra de 80.000 habitantes, sendo que, nas áreas do primeiro planalto e do litoral, a maior parte dos moradores se dedicava ao mate, enquanto que nos Campos Gerais e nos Campos de Guarapuava e Palmas – esses últimos já conquistados aos indígenas – a maior parte dos habitantes dedicava-se aos negócios da pecuária e ao comércio de muare.

No Paraná, uma das mais novas províncias brasileiras, o deslocamento da maior parte da população livre e escrava para as economias mercantis ocasionou, um esvaziamento da mão-de-obra para os setores da subsistência. De maneira geral, pode-se destacar 3 fatores:

- 1) a economia paranaense, durante todo o século XIX, alinhou-se como periférica e induzida;
- 2) a base dessa economia de exportação era a monocultura industrializada do mate, isto é, um produto de baixo valor mercantil;
- 3) essa economia era dependente de mercados de caráter instável, como aqueles do Prata, e sujeita ainda a fortes concorrências do mate do Rio Grande do Sul e Paraguai.

De acordo com essas considerações, verifica-se, portanto, uma espécie de atraso no desenvolvimento da economia paranaense em relação às outras províncias. Baseando-se na análise dos orçamentos das receitas, e a partir do período de 1857-58, onde a receita era de 426.350\$000, constata-se um sensível declínio dessa arrecadação para os exercícios dos 11 anos seguintes. Além das possíveis causas já analisadas, é preciso considerar ainda as tendências inflacionárias do período, pois existiu “*inflação até 1856-1857, equilíbrio de preços em torno de 1860 e novamente inflação até 1874*”⁵⁹. Somente no período de 1869-70 ocorre o início da recuperação da economia paranaense nos níveis de 1856-58, atingindo então a cifra de 498.000\$000.

⁵⁸ Citado por WESTPHALEN, *Navios...*, p. 468.

⁵⁹ BUESCU, *300 anos...*, p. 173.

De certa forma, essa situação pode ter provocado um certo esvaziamento no contingente populacional escravista paranaense, visto que, nesse período, fazia-se sentir a necessidade da mão de obra cativa nas lavouras de café de São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda que fortemente controlado e desestimulado pelos altos impostos sobre os escravos saídos da Província, o tráfico interprovincial continuou a existir. Através de dados oficiais contidos nos orçamentos provinciais referentes à arrecadação do imposto sobre escravos saídos da Província, pode-se verificar que, no período citado (1857-58), cerca de 300 escravos deixaram o Paraná. Mas, a esse total, deve-se acrescentar um grande número de escravos, dos quais não se possui os quantitativos, contrabandeados para as outras províncias, onde alcançavam preços mais elevados proporcionando, conseqüentemente, maiores lucros aos proprietários.

A situação de guerra entre o Brasil e o Paraguai teve resultados benéficos para o mate paranaense. A guerra eliminou a concorrência paraguaia e reabriu os mercados do Prata ao produto paranaense, graças à aliança militar estabelecida entre o Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai. A partir daí há um aumento da produção do Paraná, e essa Província, no dizer de T. LINHARES, passou a ser a única "a dispor da erva e a abastecer os seus mercados"⁶⁰. Ainda nessa época, a produção do mate sofreu conseqüências da "falta de organização e aparelhamento técnico"⁶¹. Face a essa situação, as autoridades provinciais preocuparam-se em melhor adaptar e modernizar esse setor. Essas mudanças podem ser identificadas na aplicação de maiores recursos à Indústria e ao Comércio, como mostram os orçamentos paranaenses: se para o biênio de 1858-59 houve uma despesa de 6.000\$000 como auxílio à Indústria e ao Comércio, para os biênios de 1865-66, 1866-67, 1867-68 houve a aplicação de capitais, nesse setor, na ordem de 10.000\$000, 10.000\$000 e 14.000\$000, respectivamente.

Num engenho de mate empregava-se mão-de-obra livre e escrava. De acordo com a descrição apresentada por T. LINHARES, "quase tudo obedecia ao trabalho manual"⁶², e eram pagas, aos trabalhadores livres, diárias a partir de 2\$000, sendo que um maquinista não ganhava mais de 100\$000 por mês. De maneira geral, "o engenho a vapor socava 40 cestos de erva por dia, ao passo que o movido à água ia pouco além de 30"⁶³.

⁶⁰ LINHARES, p. 159.

⁶¹ Ibid.

⁶² LINHARES, p. 159.

⁶³ Ibid, p. 166.

Ainda que as fontes sobre a participação da mão-de-obra nos engenhos não sejam muito esclarecedoras, pode-se observar que o trabalho escravo nos engenhos de soque exercem um papel preponderante. Para J. de MIO, a grande carga do trabalho diário, nos engenhos de Curitiba, era despendida pelo braço escravo: “o horário dos engenhos era das 6 às 6, com uma hora de folga para o almoço. Os operários, seminus, cobertos de pó verde do mate, sendo eles na maioria gente de cor, pareciam demônios movimentando-se naquele turbilhão de pó e barulho ensurdecedor de pilões e do rodar das peneiras”⁶⁴. De acordo com as fontes, verifica-se que as transformações tecnológicas aplicadas na empresa do mate provocaram, obviamente, uma menor participação da mão-de-obra escrava no processo de produção: “a expulsão dos escravos da economia do mate é um fenômeno resultante das transformações qualitativas sofridas pela própria estrutura desse segmento econômico”⁶⁵.

A guerra com o Paraguai proporcionou o aumento das exportações de mate, mas, ainda assim, essa monocultura de tipo industrial representava um certo perigo para a economia paranaense, constantemente anunciado pelos Presidentes da Província. A política imigratória incentivada pelas autoridades, a partir da metade do século XIX, teve como principais objetivos a necessidade da diversificação agrícola e um maior amparo à agricultura de subsistência. O incentivo à vinda de colonos europeus ao Paraná é, portanto, o reflexo do espírito de mudança da estrutura econômica e social do primeiro planalto.

As transformações da indústria do mate, ocorridas durante a 2ª metade do século XIX, as inovações técnicas e o predomínio do trabalho livre são marcas importantes do progresso dessa produção. De acordo com diversas fontes, a exportação paranaense apresentou, nesse período, as seguintes cifras:

⁶⁴ MIO, J. de. Notícias Históricas sobre a Erva-Mate e os seus Engenhos de Beneficiamento em Curitiba a datar de 1808 a 1850. Curitiba. Boletim do IHGEP, Papellaria Requião, V. S., fasc. 3-4, 1951, p.57.

⁶⁵ IANNI, p. 106.

TABELA 2
EXPORTAÇÃO DO MATE DO PARANÁ

ANO	TOTAL EXPORTADO
1860-61	5.018.480 kg
1864	7.197.310 kg
1866	9.877.218 kg
1867	12.462.217 kg
1870	14.411.523 kg
1872	16.359.974 kg
1884	14.338.318 kg
1886	14.524.420 kg
1896	25.098.930 kg

De acordo com a tabela 2, a exportação do mate aumenta continuamente durante o decênio de 1860, em virtude da guerra contra o Paraguai. No final da guerra, isto é, em 1870, e mesmo 2 anos mais tarde, as exportações paranaenses continuam a aumentar sem que a concorrência do mate paraguaio se faça sentir. Em 1875, o presidente José Cardoso de Araújo Abranches preconizava a expansão da produção de mate, pois ele a considerava um “*tão esperançoso ramo do comércio*”⁶⁶. Durante essa nova fase, novos engenhos foram montados não só em Curitiba como também nas pequenas povoações que circundavam a Capital da Província. Segundo o relato de A. J. de M. SOARES ⁶⁷, em 1875, em Campo Largo, pequena cidade situada a 30 quilômetros de Curitiba, já existiam 13 engenhos. Mais especificamente, durante o período de 1870 a 1874, apesar da inflação, a situação econômica do Paraná parece atravessar uma fase de alta, como demonstram as arrecadações dos orçamentos, os totais de mate exportado e a alta evidenciada no mercado de escravos. É justamente nessa época, de 1870 a 1874 que, segundo pesquisas realizadas, os escravos paranaenses atingem os preços mais elevados em relação a todo o período estudado, isto é, de 1860 a 1887.

Durante o decênio de 1880, uma nova crise viria se abater sobre a frágil economia do mate paranaense. Em 1885 a Argentina decretou um

⁶⁶ABRANCHES, F.J.C.A. Relatório do Presidente da Província do Paraná. Curitiba: Tip. da viúva Lopes, 1875. p. 112.

⁶⁷SOARES, A.J.M. O Mate no Paraná. Rio de Janeiro: Edit. Imperial Instituto Artístico, 1875. p. 28.

acréscimo de 15% de direitos de importação sobre o mate beneficiado. Essa medida visava proteger a indústria local e trouxe grandes prejuízos ao exportador do Paraná. Cumpre salientar ainda que, alguns anos antes, o Uruguai e a Argentina já haviam instalado moinhos para a industrialização do mate; desde então, importavam apenas a matéria prima.

Visando ainda beneficiar a indústria local, os governos platinos permitiam a importação da matéria-prima livre de quaisquer direitos alfandegários. Face a essa situação, a estrutura econômica paranaense, totalmente dependente dos mercados externos, foi profundamente abalada. Para se ter uma idéia da violenta perda de valor comercial do produto paranaense, pode-se apresentar o seguinte exemplo: em 1870 o Paraná exportou 14.400.000Kg, com uma arrecadação de 4.400.000\$000; em 1884 exportou-se praticamente o mesmo total, mas com uma arrecadação de 2.300.000\$000.

Dentre as medidas tomadas pelas autoridades provinciais a fim de combater a crise, pode-se citar a lei de 22 de outubro de 1885, promulgada pelo Presidente Dr. Alfredo D'Escagnolle Taunay, aplicando um imposto de 2\$000 sobre cada 15Kg de matéria-prima de mate exportada, liberando, inversamente, de qualquer taxaço, a erva considerada beneficiada, que era exportada para o Rio de Janeiro. Essa decisão viria, portanto, proteger a indústria paranaense e incentivar a produção. Outra medida importante foi a tentativa de se buscar novos mercados, sobretudo na Europa e Estados Unidos. O mate do Paraná foi apresentado nas exposições de Viena em 1873, de Amsterdã em 1884 e nas duas exposições de 1885 nas proximidades de Paris, isto é, em Vincernnes e Saint-Maur. Entretanto, ainda que se tenha feito uma propaganda positiva da bebida, essas pretensas exportações não chegaram, praticamente, a acontecer.

Ainda em relação ao decênio de 1880, pode-se dizer que, de um modo geral, a economia paranaense estava alicerçada em três setores principais: mate, pecuária e madeira. O mate era, sem dúvida, o produto mais importante; os impostos provindos de sua exportação representavam 21% do total da arrecadação provincial. Em 1886, o Presidente FARIA SOBRINHO, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, dizia que a indústria extraíva do mate *“continuava a ser a mais importante de nossa provincia, pelo valor de sua exportação e pela quantidade de atividades e braços com ela ocupados”*⁶⁸.

⁶⁸ FARIA SOBRINHO, J.A. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba: Ed. da Tip. da Gazeta Paranaense, em 30/10/1886, p. 36.

As comunicações entre o litoral e o planalto, sempre prejudicadas pela falta de boas estradas, serão intensamente ativadas, após 1873, com a construção da Estrada da Graciosa e, após 1887, com a inauguração da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, com 111 Km. A partir de então, as exportações por Paranaguá aumentaram consideravelmente, sobressaindo-se, também, a exploração da madeira.

Diante dessa situação, a cidade de Paranaguá evoluiu economicamente, tornando-se finalmente o mais importante centro do litoral paranaense. No século XIX, Paranaguá e Curitiba eram os dois mais importantes centros econômicos da Província.

Em relação à vila de Antonina que, no final do século XVIII mantivera intensas relações comerciais com Paranaguá e mesmo com Curitiba, no século XIX foi, até certo ponto, integrada à comunidade econômica de Paranaguá, à medida que se desenvolveram as atividades deste porto. Para Antonina, *"a Vila de Paranaguá escreveu também papel de redistribuidor das mercadorias vindas da Capitania, do Rio de Janeiro e da Bahia..."*⁶⁹.

A vila de Morretes, nos meados do século XIX, tinha na produção do arroz, café, milho, fumo e cana suas principais riquezas. E para R. MARTINS, *"seu comércio era considerado dos melhores entre os municípios da nova Província"*⁷⁰. Mas, ainda assim, a vila de Morretes recebeu, como Antonina, os reflexos da atividade econômica de Paranaguá. Outro fator importante que concorreu para esta situação foi a problemática da passagem da estrada de ferro, vantagem esta ganha por Paranaguá.

Em 1873, o cronista BIGG-WITHER, em viagem pelo Paraná, inteirou-se da situação e apresentou previsões que se tornaram realidade:

No momento, a vantagem de Antonina sobre a sua rival Paranaguá é a de se comunicar com Curitiba por uma estrada. Se, contudo, o plano proposto de se construir uma estrada de ferro de Paranaguá a Morretes e daí para Curitiba for realizado, e não o outro traçado que tem Antonina como ponto de referência, não resta dúvidas que o saldo de vantagens será transferido para a cidade anterior. Quando visitei essas duas pequenas cidades, travava-se entre elas tremenda luta pelos jornais sobre esse importante problema da estrada de ferro".⁷¹

⁶⁹ WESTPHALEN, *Duas Vilas...*, p. 29.

⁷⁰ MARTINS, *História...*, p. 328.

⁷¹ BIGG-WITHER, p. 38.

Os intermediários, principalmente Morretes e Antonina, perderam, praticamente, seu dinamismo econômico e ingressaram num processo de integração à comunidade, que passou a ser irradiada de Paranaguá.

No planalto, a cidade de Curitiba expandiu suas áreas de influência econômica e beneficiou-se ainda mais com o ciclo do mate. A criação da Província, em 1854, e a designação de Curitiba como sua capital propiciam, por sua vez, a formação de novos fatores de expansão. E as áreas ligadas a Curitiba, dentre as quais São José dos Pinhais, Iguassu e Votuverava, integraram-se ainda mais a esta comunidade.

2.2. A PECUÁRIA: INTEGRAÇÃO REGIONAL E NACIONAL À ECONOMIA-MUNDO

Assim como na região do primeiro planalto e litoral prevalecia a economia do mate, na região dos Campos Gerais a pecuária e o comércio de muares mantinham largo domínio sobre qualquer outra economia local. O estabelecimento de fazendas de gado desde o século XVIII havia atraído, praticamente, a outra parte do contingente populacional paranaense durante grande parte do século XIX. A extensão da ocupação dos campos limpos do segundo planalto se processa, principalmente, nesse século. A expansão dos índios e o povoamento e ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas, durante a primeira metade do século XIX, revelam as pretensões expansionistas da economia da pecuária.

A Província do Paraná, do ponto de vista econômico, estava então dividida em duas grandes áreas: a do mate e a da pecuária e tropeirismo.

Os campos do Paraná participaram ativamente desta nova conjuntura econômica, no papel de fornecedores, principalmente, de gado. A ocupação dos Campos Gerais resultante, segundo Brasil Pinheiro Machado, da "*expansão da comunidade curitibana*"⁷², determinou uma maior concentração em torno da atividade pecuária. E, ligado a essa crescente atividade, o comércio de muares, provenientes do Rio Grande do Sul, abriu novas perspectivas econômicas para as regiões localizadas ao longo dos seus caminhos.

⁷² MACHADO, p. 7.

Nos meados do século XIX, as fazendas de criação de gado no Paraná se encontram articuladas e *“atingem toda a sua potencialidade dentro do sistema econômico-social de um período histórico”*⁷³.

Algumas cidades paranaenses, dentre as quais Lapa e Castro, receberam parte dos benefícios oferecidos por esta nova situação. A atividade pecuária determinou, sob todos os aspectos, maior movimentação desses centros, e *“a comunidade curitibana, com esse comércio, encontrou a função com que iniciou o caminho de sua integração na estrutura econômica brasileira”*⁷⁴.

Ainda em relação aos Campos Gerais, as vilas da Lapa e Castro tornaram-se importantes centros pecuários no contexto econômico paranaense do gado, sendo que em Castro os fazendeiros ainda representavam a classe social dominante, exercendo os mandos políticos.

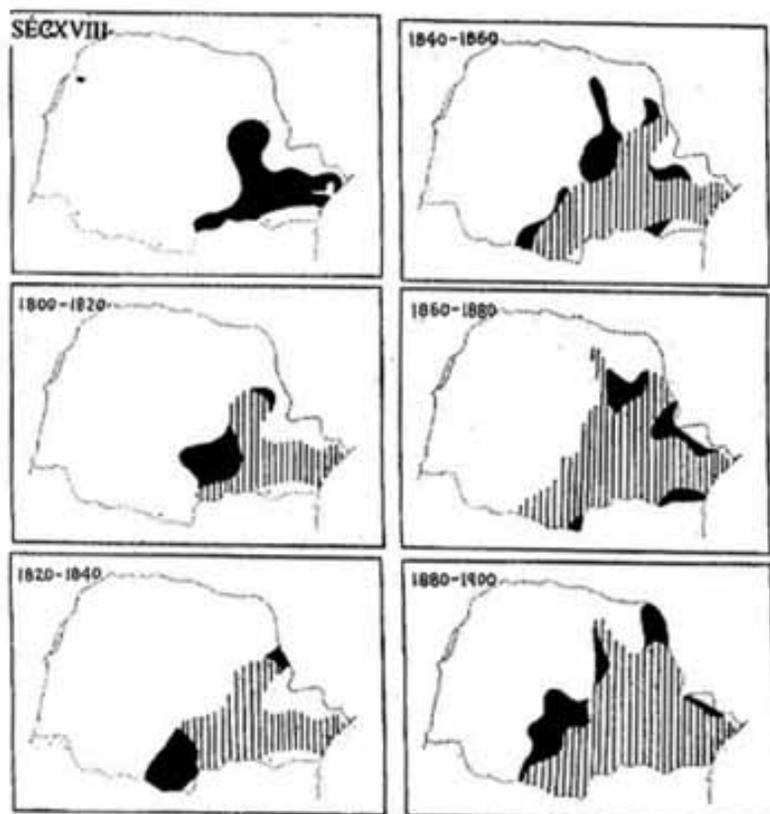
De acordo com o exposto, conclui-se que a maior parte da História do Paraná dos séculos XVIII e XIX pode ser contada através da exportação da erva-mate pelo litoral, das vantagens obtidas pelo comércio de muareas ao longo dos caminhos, da criação e da internada das tropas.

A figura 3 apresenta uma coleção de mapas que mostram o povoamento e a ocupação dos campos do Paraná durante o século XIX.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Ibid., p. 9.

FIGURA 3
O PARANÁ NO SÉCULO XIX. ETAPAS DO POVOAMENTO



FONTE:
"ATLAS HISTÓRICO DO PARANÁ"

A fase da pecuária que se desenvolveu no primeiro e segundo planaltos durante o século XIX encerrou um sistema econômico-social fundamentado na mão-de-obra escrava e na grande fazenda. As pretensões dos grandes fazendeiros por terras e escravos eram imperativos para a preservação do seu status social.

As fazendas, como já foi dito anteriormente, eram auto-suficientes, produzindo a sua própria subsistência: carne de porco, milho, feijão, mandioca e arroz. O gado era reservado para a exportação, não fazendo parte, portanto, da alimentação diária. A maior parte dos escravos era empregada na produção de alimentos e de outros produtos de subsistência. Segundo a coleção de fontes "Autos de Inventários de 1850 a 1889"⁷⁵, pertencentes aos arquivos do Cartório Cível de Castro havia, nas fazendas dos Campos Gerais, escravos que, além dos serviços domésticos e de lavoura, ocupavam-se também de atividades artesanais: carpinteiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, etc. Através das coleções de atos de compra e venda de escravos, é possível constatar que, nas fazendas existentes nas imediações da Lapa e de Castro, existiam escravos especializados em atividades da pecuária: laçadores, domadores, campeiros, tropeiros e outros. O cronista SAINT-HILAIRE assistiu, na fazenda de Luciano Carneiro, em Jaguariaíva, às atividades de um negro domador:

Posto o freio no cavalo que fora laçado, amarram-no a um moirão, atiram-lhe ao lombo uma sela pequena, e o negro domador montou-o. Não deixei de admirar o sangue frio e a absoluta tranquilidade desse homem. Por mais fogoso que fosse o cavalo, quanto mais salto esse desse, quantos mais movimentos ele fizesse, não notei na fisionomia do negro domador a mínima alteração.⁷⁶

Para a criação do gado, especificamente, não havia a necessidade de grande número de escravos, como observou SAINT-HILAIRE na fazenda do rico Luciano Carneiro, que "possuía apenas trinta escravos e em toda a região de Castro, no ano de 1820, existiu quinhentos, pertencentes a reduzido número de pessoas"⁷⁷. Entretanto o mesmo autor, referindo-se a outro proprietário no campos gerais, Sr. José Félix da

⁷⁵ SANTOS, Carlos R. A. dos. *Arquivos da cidade de Castro*. Curitiba: Bol. Univ. Fed. Paraná, n. 16, 1972, p. 89.

⁷⁶ SAINT-HILAIRE, p. 22.

⁷⁷ *Ibid.*, p.17.

Silva, dizia que o mesmo era “um homem poderoso, senhor de muitos escravos”⁷⁸.

O trabalho escravo foi importante para o desenvolvimento da economia da pecuária. Nesse universo, o escravo foi empregado em diversas atividades da fazenda, como pecuária, agricultura, artesanato e serviços domésticos. Para O. IANNI, “o trabalho escravo é o fundamento do poder econômico dos proprietários das terras, do gado e dos meios de produção”⁷⁹.

Durante grande parte do século XIX, a vida econômica dos Campos Gerais estava baseada na criação e no comércio de muares. A essas duas economias, acrescentaram-se os alugueis das pastagens para o descanso e a engorda das tropas, isto é, as invernadas. Muitos fazendeiros dos Campos Gerais passaram a reservar, cada vez mais, um maior número de invernadas, em suas fazendas, a fim de arrendá-las aos tropeiros. A invernada propiciou ao fazendeiro um renda mais fácil de ser alcançada do que através da criação de gado.

Desta maneira, a criação de gado começou a decair em confronto com o tropeirismo e a invernada. Em 1860, aos Campos Gerais, “*invernavam por ano, permanentemente, 30.000 cabeças de raça muar, destinadas às Feiras de Sorocaba*”⁸⁰, sendo que as invernadas do Paraná forneciam 30% do total anual de muares entrados em Sorocaba. Mas em virtude da guerra contra o Paraguai a economia sulina da pecuária foi atingida, ocasionando uma crise de ofertas, que só foi restabelecida após o final da guerra.

Entretanto, a partir de 1875, o comércio de muar começou a declinar rapidamente. A substituição do transporte com animais pelo transporte ferroviário ocasionou um violenta queda nos negócios do tropeirismo.

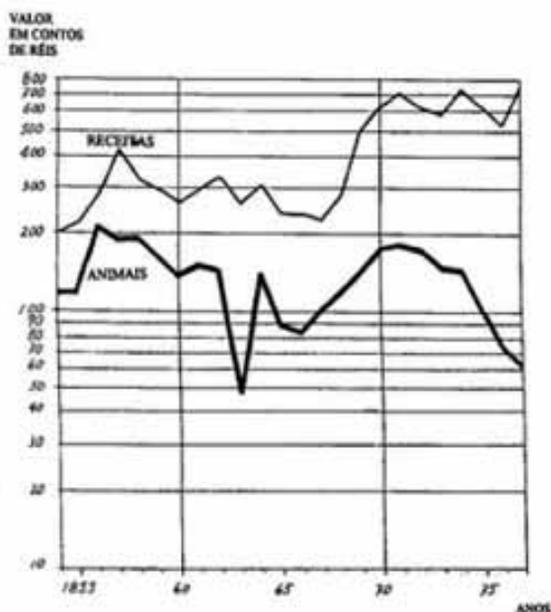
Analisando o gráfico 3 verifica-se a evolução da arrecadação do imposto sobre animais, em relação aos totais das receitas dos orçamentos paranaenses.

⁷⁸ Ibid., p.60.

⁷⁹ IANNI, p. 65.

⁸⁰ MACHADO, p.18.

GRÁFICO 3
 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE OS ANIMAIS EM
 COMPARAÇÃO AO TOTAL DAS RECEITAS DOS ORÇAMENTOS
 PARANAENSES. – PERÍODO DE 1854 A 1877



Fonte:
 Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná

Durante a primeira época, isto é, de 1855 a 1860, as curvas oscilam quase que simetricamente, demonstrando a importância deste imposto nos orçamentos da Província. Entretanto, no período de 1863-64, houve uma violenta queda na arrecadação dos impostos sobre animais, pois o desenvolvimento da guerra do Paraguai afetou os mercados sulinos. Apesar da pronta recuperação após o final da guerra, ainda assim a curva de arrecadação dos impostos perde o contato com a curva das receitas. Isto vem demonstrar uma certa estagnação na arrecadação dos impostos sobre animais de 1865 a 1875. Após 1875, essa arrecadação penetra numa grave crise, provocando declínio cada vez maior no comércio de bovinos.

O resultado da ocupação de uma grande parte dos campos limpos pela pecuária possibilitou o estabelecimento de grandes latifúndios. Em 1836, ao longo dos caminhos das tropas, isto é, nas regiões de Castro, Curitiba e Lapa, já existiam 88 fazendas de criação.

O advento das invernadas tornou-se, provavelmente, um dos fatores diretamente responsáveis pelo aumento do preço das terras na região dos Campos Gerais. De acordo com a coleção de "Relatórios dos Presidentes de Província", a medida agrária em uso no Paraná Província era a braça quadrada, que equivalia a 4,84 m². Durante a segunda metade do século XIX o preço dos lotes de terra nos Campos Gerais apresentou a seguinte evolução:

TABELA 3
EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO DA TERRA
(BRAÇA QUADRADA OU 4,84 m²)
NAS PRADARIAS DOS CAMPOS GERAIS

ANO	PREÇO (valores em réis)
1865	2 réis
1876	12 réis
1877	11 réis
1878	8 réis
1879	4 réis
1883	8 réis
1886	13 réis

Analisando a tabela 3, pode-se constatar um certa valorização da terra nos Campos Gerais até 1877. Nos 5 anos seguintes, verifica-se uma baixa no preço médio da braça quadrada de pradaria, o que pode ser explicado, talvez, pela total instabilidade da economia do gado. Entretanto, no decênio de 1880, constata-se uma firme recuperação do preço da terra, ultrapassando, em 1886, os níveis de 1876. Essa observação torna-se importante, pois esse período de aumento do preço da terra coincide com o início da desagregação da economia da criação de gado e com a valorização ainda crescente do sistema de invernadas. Em relatórios dirigidos à Assembléia Provincial, em 1876, o Presidente da Província do Paraná comentava:

Percorrendo os Campos Gerais, de que se tem feito tão belas descrições sempre aquém da realidade, notei que a criação de gado ali não corresponde à grande extensão de riqueza dos pastos; fazenda de 3 a 4 léguas de magníficos campos, contém apenas 600 a 800 rezes. Disseram-me alguns fazendeiros a quem fiz esta observação, que isto era devido ao abandono em que até bem pouco tempo estivera a criação do gado. Os fazendeiros levados pelo lucro fácil e grande que tiveram com as invernadas das tropas vindas do sul deixaram a criação do gado quase que completamente abandonada⁸¹.

A alteração da utilização da propriedade fundiária foi o reflexo da desagregação do sistema econômico-social estabelecido sobre a economia da pecuária. Diversas famílias de fazendeiros passaram a morar na cidade, movimentando ainda mais o comércio das mesmas e provocando a cristalização do poder urbano sobre o poder rural.

O trabalho escravo, que havia sido até então o fundamento do poder econômico dos fazendeiros, começou a diminuir sensivelmente nos âmbitos do setor rural. A fazenda Fortaleza, a maior da Província, encerrou suas atividades de criação e agricultura, mantendo apenas as atividades de invernadas. O proprietário dessa fazenda, *“que tinha antes 100 escravos, passou a residir na cidade de Castro, vendendo os escravos, conservando apenas 8”*.⁸²

Os preços das três unidades básicas representativas do poder econômico dos grandes proprietários, isto é, a terra, o gado e os escravos, apresentam, durante a década de 1880, nos Campos Gerais, a seguinte evolução:

TABELA 4
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DAS TERRAS (BRAÇA QUADRADA), DE UMA CABEÇA DE GADO E DOS ESCRAVOS NOS CAMPOS GERAIS

	1883	1886
Terras	\$ 8 réis	\$13 réis
Gado	35\$000 mil réis	25\$000 mil réis
Escravos	800\$000 mil réis	400\$000 mil réis

⁸¹ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1876.

⁸² PINHEIRO MACHADO, p. 19.

Ainda que o valor dos escravos tenha aumentado consideravelmente durante o decênio de 1870, não só no Paraná como em todos os principais centros escravagistas brasileiros – como será mostrado mais adiante – no decênio de 1880, nos Campos Gerais, esse regime de trabalho já se encontrava em plena desintegração. Idêntica situação se deu com a criação do gado, que, como já foi visto anteriormente, nessa época se encontrava em decadência. Em relação ao preço da terra, parece ocorrer um processo inverso. As cifras expostas na tabela 4 podem levar à conclusão de que, a partir da metade da década de 1880, a mão-de-obra escrava e o gado não constitui mais a *liderança* de investimentos das fazendas dos Campos Gerais; as terras passam a ser, então, o elemento essencial da riqueza dos criadores. Cumpre ainda salientar a grande preocupação dos compradores de terra em legalizar, a partir de 1880, os seus lotes perante os Cartórios, a fim de conservar sua propriedade territorial. Através de pesquisas feitas nos arquivos notariais da Lapa e de Castro verificou-se um aumento considerável de registro de compra e venda de terras a partir de 1880, fato esse que pode ser considerado como reflexo da situação exposta acima.

Nos últimos decênios do século XIX, os mercados centrais compradores de gado já contavam com diversas fontes de suprimento; decorre daí a estabilização ou mesmo as baixas normais dos preços. A conjuntura era desfavorável ao sistema de criação, o qual se encontrava em processo de desintegração. Para B. PINHEIRO MACHADO,

a fazenda, com as estruturas que sobre ela se criaram, não cumpria mais a função de integrar uma comunidade no conjunto nacional, e logo depois, nem a de manter as grandes famílias enobrecidas dentro do contexto social da Província do Estado. Forçosamente, portanto, essa estrutura se desagregaria.⁸³

Toda essa situação anunciava um novo Paraná, caracterizado agora, ao inverso da situação precedente, pela expansão do poder urbano. O aumento da população nos perímetros urbanos, a maior movimentação do comércio, o crescimento da importação de artigos de luxo, as benfeitorias públicas, os aumentos dos preços de escravos para trabalhos domésticos, são parâmetros que demonstram o predomínio econômico das cidades. Ainda nas cidades, os escravos de profissão doméstica também eram utilizados como negros de ganho e de aluguel.

⁸³ PINHEIRO MACHADO, p. 24.

Com o declínio da economia do gado, a grande riqueza paranaense passa a ser o mate, seguido da exportação da madeira. A classe dos criadores não detém mais as decisões políticas da Província, sendo substituída, nesse poder, pelos grupos ligados à economia do mate e da madeira. Esses grupos, instalados no setor urbano, consolidam a supremacia da cidade sobre o campo.

Se, do ponto de vista interno, no final do século XIX verificou-se uma certa mudança nos rumos da política e da economia paranaenses, do ponto de vista externo, a dependência econômica continuava a existir. As exportações paranaenses para o exterior estavam ainda subordinadas aos mercados do Prata e do Chile, sendo que as exportações para as outras províncias brasileiras eram pouco significativas. Segundo C.M. WESTPHALEN, *“essa estrutura econômica, inteiramente dependente dos mercados externos, completava-se com o comércio de importação, por onde provia a maior parte do abastecimento da população”*⁸⁴. Entretanto esse comércio de importação não se processava diretamente com o exterior, mas através da Província do Rio de Janeiro.

E, quando se tentou promover a importação direta do estrangeiro através dos portos de Paranaguá e Antonina, verificou-se que “os comerciantes paranaenses, inteiramente dominados pelo sistema de crédito aos importadores portugueses do Rio de Janeiro, não tinham a experiência do comércio internacional”⁸⁵. Dessa maneira, mesmo em termos de comércio inter-provincial, a existência dos intermediários tornava a economia do Paraná ainda mais dependente e periférica. Como exemplo, pode-se comparar a situação dos comércios do Paraná e do Rio de Janeiro (Município Neutro), entre 1885 e 1886:

TABELA 5
COMÉRCIO INTER-PROVINCIAL

PROVÍNCIAS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Paraná	2.589\$000	191\$000
Rio de Janeiro	10.843\$000	25.894\$000

⁸⁴ WESTPHALEN, *História do Paraná*, p. 132.

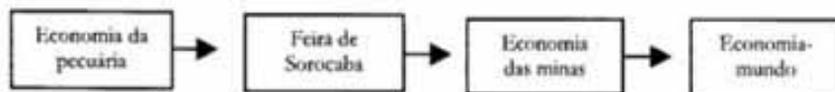
⁸⁵ WESTPHALEN, *História do Paraná*, p. 132.

O desequilíbrio entre as importações e as exportações da Província do Paraná não provocou sérias perturbações nos orçamentos provinciais, em virtude, principalmente, da ajuda do Governo Central brasileiro. Esse auxílio veio como incentivo direto à prática da política de imigração, bem como para a construção de estradas de ferro. Entretanto, a dívida flutuante do Paraná aumentou consideravelmente. Para comprovar este fato, basta que se tome como exemplo a arrojada construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá: em 1887, entre 41 outras estradas em uso no Brasil, a de Curitiba-Paranaguá atingiu o segundo maior custo em quilômetro de linha construído.

Com o objetivo de mostrar mais claramente a situação do Paraná no contexto econômico brasileiro, apresenta-se a tabela 5, que evidencia a situação geral da província no final do Império. Analisando o caso específico do Paraná, verifica-se uma contínua, mas muito lenta, progressão em relação às arrecadações.

Entre os exercícios de 1881-82 e 1882-83, a arrecadação paranaense passa de 12º para 13º lugar no conjunto das Províncias, sendo, nesses períodos, ultrapassada, em valor absoluto, pelas Províncias de Santa Catarina e Amazonas. De maneira geral, no período analisado, o Paraná é uma das 4 províncias brasileiras de menor população – com um índice demográfico de 0,81 habitante por quilômetro quadrado – e de menor número de municípios.

A análise desenvolvida sobre a economia paranaense mostrou que esta se integrou ao circuito do processo econômico capitalista. A economia do Paraná não era autônoma e, dessa maneira, sua fragilidade a tornou dependente dos sistemas mais amplos e vigorosos. Durante todo o século XIX, as finanças paranaenses estiveram abaladas, e as suas economias comprometidas por constantes oscilações dos mercados externos, dos quais dependiam direta e indiretamente. Ainda que essa economia possa ser caracterizada como periférica e reflexa, deve-se levar em consideração a sua integração à economia-mundo. As fases cíclicas mais importantes no século XIX, isto é, a economia do mate e da pecuária, movimentaram duas importantes regiões do Paraná: o primeiro planalto/litoral e o segundo planalto, que se integraram aos circuitos do capitalismo. A economia do gado, durante os séculos XVIII e XIX, integrou-se aos mercados de Sorocaba, que estavam diretamente ligados à economia das minas, representando o centro da economia colonial. Essa interligação pode ser representada pelo seguinte esquema:



A região do primeiro planalto e do litoral, principalmente Paranaguá, no século XVIII, não obtivera participação significativa na vida econômica da região, pois não estabelecera ainda relações comerciais marítimas com portos estrangeiros. No entanto, a abertura dos portos brasileiros no início do século XIX e as possibilidades oferecidas pela exportação da erva-mate de Curitiba, colocaram o Porto de Paranaguá no comércio do Prata. A partir daí, a Província vai integrar-se às flutuações do Império brasileiro que, por sua vez, refletem a crise do comércio internacional.

A análise desenvolvida mostra ainda a participação contínua do trabalho escravo na economia paranaense. A partir do momento em que se verificou a possibilidade de se mercantilizar a produção, a mão-de-obra escrava se tornou um elemento importante para a economia do Paraná. Ainda que não tenha sido empregada em largas proporções na economia do gado, pois atuava paralelamente ao trabalho livre, a mão-de-obra escrava atuou nessa configuração econômico-social.

Na economia do mate, o trabalho escravo foi empregado em maiores proporções, coexistindo também com o trabalho livre nas diversas etapas da produção. Entretanto, com as inovações tecnológicas introduzidas na indústria do mate, o negro escravo acabou deslocado para outros setores da economia paranaense, como o da subsistência. Na economia urbana que se formou, como os artesanatos ou outros serviços econômicos urbanos (negros de ganho, de aluguel, etc.), a mão-de-obra escrava aí se fez presente como força de trabalho. No setor dos serviços domésticos, tanto na área rural como na urbana, o trabalho escravo foi fortemente utilizado, fazendo com que esse setor dele dependesse exclusivamente.

De um modo geral, no Paraná, tanto no setor de produção da economia mercantil como no setor da economia de subsistência - tendo ambos empregado uma população economicamente ativa - o trabalho escravo foi necessário.

De maneira geral a comunidade paranaense havia sido recolocada num conjunto mais amplo, isto é, integrando-se ao contexto da economia brasileira e no processo capitalista de Economia-Mundo: inicialmente através da economia da pecuária e, após, na segunda metade do século XIX, através da exportação do mate.

A Tabela 6 oferece uma visão sobre o conjunto do Império Brasileiro onde o Paraná se colocava como uma das Províncias menos populosas e somando apenas 26 municípios.

No final do século XIX, confrontado com as novas formas de produção e de organização social ligadas ao desenvolvimento do Capitalismo, o poder rural se mostra incapaz de competir com o poder urbano crescente. Dessa situação decorrem uma certa apreensão e uma certa tristeza: apreensão porque as baixas arrecadações dos impostos sobre o gado esvaziavam as finanças públicas; tristeza porque os fazendeiros dos Campos Gerais eram fiéis dos seus poderes: eles eram proprietários da terra, dos homens e dos animais.

TABELA 6

O TERRITÓRIO, A POPULAÇÃO E A RENDA GERAL
DAS PROVÍNCIAS
FIM DO IMPÉRIO BRASILEIRO

PROVÍNCIAS	SUPERFÍCIE DO TERRITÓRIO EM QUILÔMETROS QUADRADOS	POPULAÇÃO GERAL		NÚMERO DE HABITANTES POR QUIL. QUADRAO	RECEITAS RECEITA RECEBIDA PELO ESTADO DURANTE O EXERCÍCIO LIQUIDADO				NÚMEROS DE MUNICÍPIOS			PARÓQUIAS
		RECESEAMENTO O DE 1872	CÁLCULO PARA 1888		EXERCÍCIO DE 1879 - 1880	EXERCÍCIO DE 1880 - 1881	EXERCÍCIO DE 1881 - 1882	EXERCÍCIO DE 1882 - 1883	VILAS	CIDADES	TOTAL	
AMAZONAS	1.097.072	37.120	80.334	0,04	440.974	370.873	300.082	910.741	4	11	15	13
PARÁ	1.148.712	273.237	407.340	0,35	6.737.333	6.072.014	10.000.000	13.464.093	11	35	46	73
PARANÁ	439.084	330.040	408.443	1,06	3.330.230	3.490.571	3.190.277	3.510.821	9	31	40	50
PIAUÍ	300.707	202.222	266.933	0,89	2.533.036	303.647	302.770	301.180	4	23	27	31
Pernambuco	104.230	721.086	922.225	9,13	1.052.439	1.171.047	2.362.970	2.016.708	19	43	62	78
Rio Grande do Norte	37.405	213.579	308.002	8,33	284.197	330.064	302.508	287.913	9	18	27	30
PARANÁ	74.711	876.226	496.039	6,64	318.819	310.073	673.202	566.786	8	23	31	43
PERNAMBUCO	128.393	861.339	1.110.031	8,63	11.360.833	13.653.967	14.282.309	12.150.462	23	50	73	87
ALAGOAS	36.403	340.619	439.371	7,60	954.228	1.472.573	1.492.040	1.264.404	7	20	27	34
SERGIPE	39.000	176.243	232.640	5,96	309.692	346.513	344.314	344.137	7	23	30	36
Bahia	436.427	1.379.813	1.620.089	4,27	12.064.913	12.012.200	13.570.000	11.973.117	18	70	88	208
ESPIRITO SANTO	44.609	322.137	321.362	7,21	233.983	293.712	213.148	290.427	3	12	15	20
MINEIRO	1.104	274.972	496.938	291,90	11.656.626	11.833.873	26.356.401	22.103.644	1	—	1	21
RIO DE JANEIRO	68.982	562.334	1.104.436	16,00	2.249.137	2.224.271	1.744.569	1.897.070	18	18	36	134
SÃO PAULO	2.600.670	637.104	1.196.372	4,61	8.495.371	8.703.430	8.031.240	9.164.737	36	100	136	186
PARANÁ	221.219	126.722	187.548	0,83	378.613	389.272	407.426	393.969	9	17	26	37
SANTA CATARINA	74.136	150.002	236.346	3,19	79.434	124.943	164.613	143.963	6	13	19	31
RIO DE JANEIRO	236.333	434.613	643.327	2,72	7.011.395	6.897.469	6.312.336	6.833.879	15	43	58	111
MINAS GERAIS	374.038	2.038.738	3.018.897	8,35	2.038.792	2.034.215	1.756.299	1.933.628	80	17	97	322
GOIÁS	767.311	160.895	191.711	0,26	120.655	124.327	1.000.071	833.112	14	48	62	64
MATO GROSSO	1.379.631	60.447	78.754	0,05	411.107	448.807	490.347	336.401	3	3	6	17
TOTAL	6.817.216	6.939.478	14.602.335	1,68					159	363	522	1.046

FONTE: O BRASIL EM 1889

3 A CHAVE DO CRESCIMENTO: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

3.1 PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR: SUBSISTÊNCIA E ABASTECIMENTO

As principais administrações provinciais paranaenses, a partir da década de 1870, procuraram estabelecer articulações entre a política de colonização e a de emancipação e acelerar a transição para uma sociedade livre. O Presidente Lamenha Lins ao tratar da questão da educação - envolvendo escola, disciplinas, mestres e alunos - em seu relatório de 1876, fazia uma das citações de sua preferência "*a arte de fazer homens e cidadãos é a primeira das funções para uma sociedade livre*"⁸⁶. Entretanto, a necessidade da convivência com uma ordem escravista representava obstáculos para a implementação do projeto de modernidade e prosperidade para a Província do Paraná.

Nos meados da década de 1870, os municípios, através de suas Câmaras, faziam solicitações de necessidades urgentes⁸⁷, como:

- Curitiba - iluminação da cidade; novo prédio para o Paço Municipal; nivelamento e calçamento de ruas, dessecamento dos pântanos que circundam a cidade, pois representam ameaça à salubridade pública.
- Lapa - construção de estrada de rodagem em direção a Curitiba, para mais fácil comunicação com o litoral.
- Ponta Grossa - obras para o aumento do rocio da igreja matriz.
- Paranaguá - estrada para Morretes e canalização do rio Ribeirão para o abastecimento de água na cidade.
- Antonina - construção do Paço Municipal; construção de cadeia pública e auxílio para a continuação das obras do hospital de Misericórdia.
- Morretes - construção do Paço Municipal; melhoria na cadeia pública e auxílio para a conclusão do cemitério.

⁸⁶ PARANÁ. Relatório (...) Lamenha Lins, op. cit., p. 51.

⁸⁷ Ibid., p. 118.

- Castro - criação de novas cadeiras e instrução primária; construção da cadeia e da casa da Câmara e das pontes sobre os rios Jaguariaiva e Jaguaricatu.
- Porto de Cima - criação de uma estação telegráfica, reedificação da igreja matriz e reparos nas estradas de Itupava e Antonina.
- São José dos Pinhais - melhoria da igreja matriz; criação de escolas nos bairros mais populosos e autorização para aumentar o rocio.
- Guaratuba - auxílio para a conclusão da cadeia e da casa da Câmara.
- Palmeira - auxílio para construir um novo cemitério, em área mais ampla.

As Câmaras Municipais de diversos municípios solicitavam também o estabelecimento de famílias de colonos nos terrenos do rocio para a produção de gêneros alimentícios, encarregando-se elas próprias da proteção e bem-estar dos trabalhadores.

Do exposto, verifica-se a implementação de uma série de medidas voltadas ao desenvolvimento urbano: as construções de estradas para melhor interligar as comunidades; as construções de obras públicas como hospitais, escolas, cadeias, cemitérios, iluminação e outros; a criação de novas disciplinas na instrução primária e secundária visando atualizar o ensino público; melhorias nos portos paranaenses e diversas outras benfeitorias para que, segundo Lamenha Lins, *“este torrão hospitaleiro, onde avultão tão poderosos elementos de grandeza e de prosperidade, caminhe rapidamente a conquistar o posto brilhante de que é digno”*⁸⁸.

As autoridades administrativas provinciais, de outro lado, desenvolviam a política de aceleração da emancipação dos escravos, contando com a legislação imperial que precipitava o processo. A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, em seu artigo 3º criou as quotas do fundo de emancipação dos escravos, que permitia a libertação anual de escravos em cada Província do Império, quantos correspondessem à quota anualmente disponível. Essa legislação foi aplicada na Província do

⁸⁸ PARANÁ. Relatório Presidente da Província Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembléja Legislativa do Paraná em 16 de julho de 1877. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1877. p. 16.

Paraná, conforme consta dos relatórios dos Presidentes, e era amplamente divulgada entre os proprietários de escravos para “*apresentarem seus requerimentos na Secretaria da Junta Classificadora, a fim de não serem prejudicados os direitos dos interessados*”⁸⁹. No ano de 1876, à Província do Paraná coube 26:155\$315 do fundo de emancipação, cuja distribuição foi a seguinte:

TABELA 7
DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO

FREGUESIAS	POPULAÇÃO ESCRAVA	IMPORTÂNCIA DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO	IMPORTÂNCIA QUE TOCA CADA FREGUESIA
Capital	921	26:155\$315	2:281\$000
Arraial-Queimado	115		285\$000
Votuverava	252		625\$000
S. José do Pinhais	456		1:130\$000
Iguassú	188		466\$000
Campo Largo	518		1:283\$000
Palmeira	614		1:521\$000
S. João do Triunfo	15		37\$315
Lapa	1.079		2:672\$000
Rio Negro	107		265\$000
Ponta Grossa	835		2:068\$000
Castro	790		1:956\$000
Jaguariahyva	447		1:107\$000
S. José da Boa Vista	275		681\$000
Tibagy	514		1:273\$000
Guarapuava	576		1:426\$000
Palmas	273		676\$000
Paranaguá	709		1:756\$000
Guarekessava	132		327\$000
Antonina	837		2:073\$000
Guaratuba	198		491\$000
Morretes	466		1:154\$000
Porto de Cima	243		602\$000
TOTAL	10.560		26:155\$315

FONTE: PARANÁ. Relatório (...) Lamenha Lins, op. cit. 1876

⁸⁹ O DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, Ano XXXIII, n. 156, de 15.07.1886, p. 3.

De acordo com os números apresentados na tabela 7 foram liberados 16 escravos em diferentes municípios, no valor total de 9:719\$260, correspondendo a uma média aproximada de 6.0\$000 por alforria. E, conforme o Dr. Lamenha Lins, “as mais terminantes ordens tenbo expedido para que sejam applicadas o mais breve possivel as verbas destinadas para fim tão humanitário”,⁹⁰ revelando a preocupação da Autoridade para a real aplicação dos recursos do fundo, que eram provenientes:

- a) da taxa de escravo\$;
- b) dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade de escravos;
- c) do produto das loterias anuais, isento de impostos, e da décima parte das que forem concedidas a partir de agora para correrem na capital do Império;
- d) das multas impostas em virtude desta lei;
- e) das quotas que sejam marcadas no orçamento geral, nas provinciais e municipais;
- f) de subscrições, doações e legados com esse destino.

O artigo 4º da Lei de 28.09.1871 permitia ao escravo a formação de um pecúlio que poderia lhe oferecer os meios para chegar à alforria. E para a formação do pecúlio era autorizado ao escravo, desde que com o consentimento do seu senhor, obter recursos do seu trabalho. Tal concessão já estava autorizada em muitas propriedades, onde os senhores abriam uma brecha para o escravo, “um espaço, situado sem dúvida dentro do sistema, mas abrindo possibilidades inéditas para as atividades autônomas dos cativos”⁹¹, que foi denominado de brecha camponesa dentro do sistema escravista. De acordo com Ciro CARDOSO, no concernente aos lotes cultivados por escravos que depois vendiam excedentes agrícolas, a brecha camponesa enquanto atividade autônoma dos escravos, ao contrário do que afirmam alguns historiadores, “não foi esporádica e pouco importante”⁹².

⁹⁰ PARANÁ. Relatório (...) Lamenha Lins, op. cit., 1877. p. 136.

⁹¹ CARDOSO, Ciro F.S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 122.

⁹² *Ibid.*, p. 124.

Enquanto eram implementadas medidas para acelerar o processo de emancipação dos escravos, o novo sistema de colonização, inaugurado pelo Dr. Lamim Lins, até então inédito para o país, já revelava resultados positivos, com o início da formação da estrutura de um sistema agroalimentar em condições de abastecimento, ainda que precária.

A partir de 1870, com a desagregação do sistema escravista no Brasil, emerge uma nova sociedade do Trabalho, onde os colonos "morigerados" e "laboriosos" - termos estes próprios do discurso que revela uma moral burguesa em expansão -, desempenharam papel fundamental.

Um estudo sobre a produção camponesa no Paraná implica considerar alguns fatores:

- a) a história da produção camponesa não pode ser desvinculada da questão da propriedade da terra em nível local, regional e nacional;
- b) a produção camponesa, na forma como se desenvolveu na Província do Paraná, está intimamente articulada com o universo da pequena produção, ou da produção de gêneros alimentícios.
- c) Da forma como se estabeleceu o processo de colonização, a produção camponesa pode ser caracterizada pelas seguintes identificações:
- d) a família como unidade de produção;
- e) produção, na maior parte, para o autoconsumo, mas também a produção de excedentes destinados ao mercado;
- f) não é fundamental a propriedade, mas a posse da terra, desde que produza o excedente para o abastecimento. Nesse sentido, cumpre destacar que pela Lei de Terras de 1850, o camponês só poderia tornar-se proprietário após três anos de trabalho no lote.

A Lei de Terras instituiu no Brasil a terra como mercadoria e permitiu a vinda de imigrantes para prover a grande e a pequena lavoura da mão-de-obra necessária. E, ao impedir que desde o início esses camponeses pudessem se tornar proprietários, reafirmava o que deles se esperava: colonos morigerados e laboriosos como força de trabalho para as propriedades agrícolas do Estado ou Particulares. Portanto, a Lei de Terras, ao dificultar o acesso à propriedade ao conjunto da população campesina, ao mesmo tempo colocava este coletivo aos ditames do

capital. E como já foi assinalado, “a Lei de Terras expressa a reafirmação da subordinação da economia brasileira ao capital (...) sendo que (...) É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil”⁹³.

Os estudos sobre o campesinato e a pequena produção evidenciaram um conjunto de correntes teóricas que acabaram gerando análises diferenciadas e mesmo antagônicas a respeito do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Daí decorrem certas interpretações estanques que caracterizaram determinadas posturas teórico-metodológicas como: dependência e autonomia; feudalismo e capitalismo; economia de exportação e economia de subsistência; mão-de-obra livre e mão-de-obra escrava e outras. E tangenciando tais posições, duas orientações teóricas se destacam:

- a) população camponesa vista como marginal, fixada no interior, dependente e rústica e produzindo apenas para o próprio sustento. É a pequena produção camponesa caracterizada pela baixa produtividade, pela utilização de técnicas tradicionais, pelo precário investimento de recursos e pela não criação de mercado interno. As correntes que defendiam esta orientação viam a pequena produção camponesa como empecilho ao desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira;
- b) o campesinato como produtor de alimentos básicos à população, sendo as relações de produção não-capitalistas reproduzidas pelo movimento de acumulação de capital. Esta nova interpretação entende ser o próprio capital o responsável pela preservação de forma não capitalista de produção, como expressão de suas próprias contradições e do caráter desigual do seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a pequena produção camponesa não constitui entrave ao desenvolvimento do Capitalismo, e passa a integrar o circuito da medula do sistema econômico. Portanto, a produção da subsistência e as relações não-capitalistas por ela engendradas são produtos do próprio movimento de expansão do Capitalismo.

⁹³ SILVA, J.F.Graziano da. Estruturas agrárias e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 30.

A produção da subsistência e o abastecimento, ainda que voltados para os mercados locais e regionais, estiveram, segundo alguns historiadores, integrados e subordinados aos interesses da agricultura de exportação. Entretanto, evidenciar a história da produção agroalimentar significa olhar a agricultura para dentro, voltada às suas particularidades e complexidades, sem perder a noção de totalidade como via de acesso ao conhecimento regional e nacional. Daí que há de se levar em consideração que a subsistência não constitui apenas um pólo complementar à economia de exportação, conforme o preconizado por SIMONSEN, FURTADO, Ciro CARDOSO e GORENDER⁹⁴. Alguns estudos sobre a pequena produção camponesa⁹⁵ identificam um grau regular de produtividade e rentabilidade e mesmo de expansão própria. E para o caso da Província do Paraná, no terceiro quartel do século XIX, quando a economia do mate atingia o seu potencial, o novo sistema de colonização voltado para abastecer os mercados internos passou a alimentar a cidade e a oferecer um certo suporte ao setor de exportação. Assim, houve uma certa articulação entre a agricultura de exportação e a de subsistência, fazendo com que esta se beneficiasse da dinâmica criada pelo setor exportador. Portanto, muito mais do que uma dicotomia ou uma visão estanque da relação setor exportador e setor de subsistência, houve uma relação de integração entre os mesmos, principalmente após a contínua capitalização da subsistência, com a afirmação do novo sistema de colonização com base na mão-de-obra imigrante.

A política oficial de povoamento posta em prática pelo Governo Imperial, visava no início, basicamente, à ocupação de áreas fronteiriças e, em plano secundário, solucionar o problema da falta de mão-de-obra. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, em face de um quadro conjuntural, já assinalado no presente trabalho, que, dentre outros, apontava fortemente para a extinção da escravidão, a política de imigração

⁹⁴ SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1969; FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1967; CARDOSO, Ciro F.S. & BRIGNOLI, H.P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1983; GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

⁹⁵ SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1974; MAXWELL, K. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Trad. 1978; LENHARO, A. op. cit.; LINHARES, M.Y.L. op. cit.; GRAZIANO. op. cit.

ultrapassa os objetivos políticos e militares para fixar-se naquele voltado para a oferta de mão-de-obra, para a grande lavoura de exportação e para a lavoura de subsistência.

Os imigrantes estrangeiros que entraram no Paraná a partir das décadas de 60 e 70 foram incorporados numa modalidade de produção que atendia um amplo fim, qual seja, a subsistência e a mercantil. Nesse sentido, *“a dualidade entre a produção para o mercado externo e produção interna para o sustento do pessoal, dava à lavoura uma estrutura bi-segmentada entre uma economia mercantil e uma economia natural”*⁹⁶, sendo que para o Paraná a explicação do sistema de colonização deve ser feita a partir da produção de subsistência autônoma, isto é, fora da grande lavoura exportadora.

3.2 O SISTEMA DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGROALIMENTAR

O novo sistema de colonização no Paraná foi implantado pelo Presidente Lamenha Lins a partir do início de sua administração em 1875, após tomar conhecimento das experiências pioneiras do Estado e particulares das grandes colônias, dentre elas: Superagüi, Assungui, Ivaí, Alexandra, Eufrasina, Pereira e Colônia Militar do Jataí e dos Aldeamentos de São Pedro de Alcântara, de São Jerônimo e de Paranapanema, e ainda das novas colônias municipais existentes no rocio de Curitiba: Colônias Argelina (1869), Pilarzinho (1871) e Abranches (1873).

A partir da constatação dos problemas existentes na maioria das colônias, o governo provincial avaliou que alguns deles eram crônicos:

- a) terras pouco férteis para a produção de alimentos e bastante acidentadas;
- b) colônias localizadas fora das rotas de ligação com Curitiba e litoral;
- c) as despesas com o transporte da produção de mercadorias eram elevadas, onerando os camponeses.

⁹⁶ DOUSTDAR, Neda M. *Imigração polonesa: raízes históricas de um preconceito*. Curitiba: Dissertação de Mestrado, UFPR, 1990. p. 96.

Ao tomar ciência da situação existente, Lamenha Lins “fez do problema imigratório da Província a principal meta de sua administração”⁹⁷, inaugurando um novo sistema de colonização, a partir das seguintes premissas:

- a) implementação de formas para a fixação do camponês;
- b) divisão das terras agricultáveis em pequenos lotes;
- c) localização das novas colônias nas proximidades das estradas já existentes que demandavam para os grandes centros comunitários;
- d) construção de estradas vicinais;
- e) produção de gêneros alimentícios.

No tocante à localização das novas colônias, era importante fixá-las ao lado das estradas carroçáveis já existentes, como a Graciosa, a estrada do Mato Grosso e a do Assungui, que eram fáceis de serem conservadas e a custos bastante inferiores àqueles que poderiam ser empregados para a construção de novas estradas.

Na concepção do Presidente Lamenha Lins, os problemas da agricultura brasileira poderiam ser equacionados a partir de três elementos que permitiam gerar o progresso: *a colonização, a indústria e o capital*. Segundo Lamenha Lins, a propriedade da terra ainda não poderia ser levada em conta no Brasil, tal a sua abundância e fertilidade, mas que a agricultura “*demandava actividade, inteligência e forças, que se traduzem por braços que só a colonização pôde dar, instrumentos aratórios que só a esclarecida indústria pôde ministrar, por capitais que só a instituições de crédito podem fornecer*”⁹⁸. E integrado à trilogia linista (de Lamenha Lins) colonização, indústria e capital, ainda um outro fator se impõe: a instrução profissional, como forma de *retirar o camponês “d’este estado contemplativo e estactico”*⁹⁹ em que se encontra.

Desta maneira, o governo provincial tratou de implementar a agricultura de subsistência no Paraná, com uma superfície propagada por Lamenha Lins, como “*quádruplo de Portugal, maior que a Prússia e outras regiões da Europa, que apresenta terras de variadas espécies, zonas de temperatura diversas e condições climatóricas e geológicas próprias, a satisfazer e acclimar as naturezas mais*

⁹⁷ WACHOWICZ, op. cit., p.4.

⁹⁸ PARANÁ. *Relatório (...) Lamenha Lins*, op. cit., 1876. p. 107.

⁹⁹ *Ibid.*

*estranhas*¹⁰⁰. Portanto, o Paraná seria o território ideal para a implementação de um novo processo de colonização com base na mão-de-obra imigrante estrangeira, experiência da qual a Província, até certo ponto, já estava se beneficiando através de um fluxo de camponeses alemães reemigrantes ou descendentes que, provenientes das colônias Dona Francisca e Blumenau, de Santa Catarina, fixaram-se no rocío da Capital, como já foi especificado.

De acordo com os princípios preconizados por Lamenha Lins, foram fundados núcleos coloniais, como:

NÚCLEO COLONIAL	FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIO
Santa Cândida	1875	Estrada da Graciosa	Curitiba
Órleans	1875	Estrada de Mato Grosso	Curitiba
Santo Inácio	1876	Estrada de Mato Grosso	Curitiba
D. Pedro	1876	Estrada de Mato Grosso	Curitiba
D. Augusto	1876	Estrada de Mato Grosso	Curitiba
Rivière	1876	Estrada de Mato Grosso	Curitiba
Lamenha	1876	Estrada do Assungui	Curitiba
Tomás Coelho	1876	Estrada de Mato Grosso	Curitiba

FONTE: WAGHOWICZ, R. Tomás Coelho: uma comunidade camponesa. Curitiba: Real Artes Gráficas, 1977

Tomada para o conjunto da Província, verifica-se que, a partir da segunda metade do século XIX, a produção camponesa de gêneros alimentícios aumentou consideravelmente, ainda que não chegasse a atender satisfatoriamente às necessidades dos mercados de alimentos.

De um lado, a primeira fase da colonização, estabelecendo colônias e aldeamentos no interior da Província, assegurou a preservação da integridade territorial e comunitária e, com a exportação da produção agroalimentar, criou novas rotas de abastecimento e a formação do mercado interno. De outro, a nova fase da colonização, que se deu nos arredores de Curitiba, com o estabelecimento de núcleos agrícolas tendo por base a mão-de-obra do camponês imigrante, acabou por formar, ao longo de um processo, um cinturão verde em torno da Capital.

¹⁰⁰ Ibid., p.108.

Se imediatamente após a formação dos núcleos agrícolas, a produção camponesa não chegou a atingir as expectativas de abastecimento de gêneros alimentícios para a Capital, as ilusões não foram perdidas, pois o novo sistema de colonização colocava em gestação a estrutura de produção agroalimentar, um dos componentes essenciais do projeto de modernidade e desenvolvimento arquitetado para a província do Paraná.

O setor que engloba as atividades agroalimentares abrange um conjunto que conduz à produção e à distribuição dos alimentos, definindo o papel que desempenha numa determinada sociedade. Nesse sentido, o sistema de produção agroalimentar constitui uma categoria histórica. Na história do desenvolvimento agroalimentar, componente de uma história mais ampla, as etapas que se sucedem são explicadas historicamente: atividade agrícola propriamente dita, envolvendo o plantio e a colheita; o abastecimento diversificado; a agroindústria etc.

Do exposto, verifica-se que na economia paranaense houve, até meados do século XIX, uma produção agrícola bastante limitada e fechada em si mesma. Após a metade do século XIX, diante de um quadro estrutural importante de transformações que afetaram decisivamente a sociedade ocidental, a agricultura brasileira e especificamente a do Paraná evoluíram para etapas mais dinâmicas e complexas. Para o caso do Paraná, a diversificação agroalimentar tendo por base a produção dos núcleos agrícolas e o estabelecimento de rotas comerciais exprimiu, dentre outras, as mudanças dos hábitos alimentares provocadas pelo processo histórico. Daí que as novas condições de hábitos e de consumo alimentares implicaram, na Província do Paraná, maior capacidade de produção agrícola, diversificação dos produtos, busca de novos meios de transportes, de novas redes viárias, de novos mercados e de novos patamares do sistema agroalimentar.

O alimento constitui uma categoria histórica, pois deve ser explicada a sua produção, circulação e consumo à luz dos níveis de desenvolvimento de uma determinada formação econômica e social. Daí o aperfeiçoamento das técnicas, da cultura e do sistema de produção.

O estudo sobre os gêneros alimentícios no Paraná, ao longo do século XIX, deve levar em consideração produtos como o milho, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, a carne verde, o trigo, o centeio e o mate, que se encontram presentes na maioria das fontes pesquisadas e eram básicos para o regime alimentar da população, e ainda com expressividade,

moeda corrente da época. O milho, o feijão, o arroz e a mandioca compunham os produtos típicos do abastecimento doméstico e eram considerados gêneros de primeira necessidade pelas Posturas Municipais; o mate, por seu largo consumo entre a população e ainda por estar inserido no fluxo internacional do comércio, além de sua utilização pela indústria; a carne, pelas qualidades nutricionais, mas de difícil acesso ao conjunto da população, em virtude dos seus preços; e o trigo e o centeio por se colocarem numa posição intermediária entre esses grupos, sendo que o trigo dependia, em larga escala, da importação.

Até o advento do novo sistema de colonização, as culturas próprias da subsistência no Paraná, como a farinha, o feijão, o milho, o arroz e até certo ponto, a carne, tiveram suas produções desenvolvidas em ritmos lentos *"pela falta de renovação tecnológica; de mão-de-obra qualificada; de ausência de capitais face a baixa demanda e precária rentabilidade; da falta de estradas e meios de transportes; de mercados mais amplos e de concessão de créditos"*.¹⁰¹

A vinda dos camponeses imigrantes para o Paraná, na segunda metade do século XIX, trouxe, ao longo do processo, profundas renovações nos conhecimentos agrícolas que permitiram maior produtividade e padrões de consumo mais elevados, que acabaram por constituir, juntamente com outros elementos, as engrenagens da formação de um sistema de produção agroalimentar na Província.

A trilogia, preconizada por Lamenha Lins, constituída pelos elementos *colonização, indústria* para novos equipamentos e *capitais* estabelece os parâmetros essenciais do novo Paraná. Nesse sentido, é importante fazer algumas considerações sobre alimentos que constituíram, basicamente, a dieta alimentar paranaense.

O novo sistema de colonização enfatizando uma estrutura agroalimentar significaria não apenas a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou uma maior produção de gêneros alimentícios. Mais do que isso, a formação de uma estrutura agroalimentar, como já foi dito, seria parte constitutiva fundamental do projeto de modernidade e desenvolvimento para a Província do Paraná.

¹⁰¹ SANTOS, C.R.A. dos. O custo da vida: preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX. Curitiba, História: Questões & Debates. APAH, n° 8, jun. 1984, p. 133.

Ao longo da segunda metade do século XIX, e principalmente após os meados da década de 1870, uma série de parâmetros em projeção, outros em fase de implantação e alguns já consolidados estão presentes no centro do quadro, permitindo a construção de um projeto de modernidade e desenvolvimento: a formação da estrutura de produção agroalimentar; as melhorias no Porto de Paranaguá; o aumento das exportações; a introdução de novos meios de transportes; de nova rede viária; aceleração do processo de urbanização; aumento da arrecadação provincial; aumento da importação de artigos de luxo; aumento das escolas e da população escolar; novo elenco de disciplinas; novas atividades industriais; início da construção da estrada de ferro Curitiba - Paranaguá; melhorias e recuperação da Estrada da Graciosa; participação de produtos paranaenses em exposições internacionais; novos hábitos de consumo; novos padrões de comportamento; nova arquitetura, com a adoção de ornamentos como os lambrequins e outros.

A análise efetuada sobre a produção camponesa no Paraná permitiu identificar sua articulação com o universo da pequena produção, tendo a família como unidade de produção. Os estudos sobre o campesinato e a pequena produção evidenciaram interpretações diferenciadas sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, prevalecendo a tese de que o próprio capital é o responsável pela preservação de formas não capitalistas de produção, como expressão de suas próprias contradições. Nesse sentido, a pequena produção camponesa se integra no circuito do grande capital não constituindo, portanto, entrave no desenvolvimento do capitalismo.

A partir da segunda metade do século XIX, a economia de exportação, em face da organização estrutural, em gestação, da economia de subsistência, irradiou dinâmicas que permitiram uma certa integração entre os dois setores. Portanto, a relação entre economia de exportação e de subsistência deve ser vista muito mais no sentido da integração do que a simples consideração que a subsistência constituiu um pólo complementar da agricultura de exportação.

Os estudos efetuados sobre a produção camponesa no âmbito das antigas e novas colônias, estas estabelecidas a partir da administração Lamenha Lins, permitiam constatar a formação do sistema de produção agroalimentar, cujos parâmetros podem ser assim elencados: diversificação da produção; estabelecimento de núcleos agrícolas com mão-de-obra

imigrante; novas técnicas de cultivo, em substituição à agricultura-vampira (queimadas), que permitiram maior produtividade; novos equipamentos, como o arado; novos cultivos; pequenas indústrias para beneficiamento da produção; nova malha viária, com estradas gerais e vicinais; novos meios de transporte como os carroções eslavos que substituíram os carros de boi e os muares; novas rotas de abastecimento; elaboração de políticas de abastecimento; organização do mercado; novos hábitos alimentares e outros. Portanto, a aglutinação desses parâmetros dentro de um processo histórico de produção agrícola, é conformando numa estrutura agroalimentar, foi responsável pela alimentação da Província do Paraná.

Os alimentos básicos constituindo categorias históricas, foram analisados à luz das formas de desenvolvimento de uma determinada formação econômica e social. E mais: a organização do mercado; a ação do Estado liberal e suas intervenções não tanto liberais; a regulamentação do mercado; a ação estatal em épocas de carestia; o controle dos preços; as medidas contra os monopólios, e mesmo uma nova visão sobre a figura do intermediário, como benéfica nos mercados modernos.

Qualquer inventário sobre a produção agroalimentar no Brasil deve trabalhar com três variáveis que se encontram, dependendo da conjuntura econômico/social, sempre presentes: a escassez, a carestia e a qualidade dos alimentos. A presença crônica destas variáveis implica crise permanente do mercado de gêneros alimentícios. Portanto, de uma forma ou de outra, a trilogia escassez, carestia e qualidade afetou a estrutura de produção agroalimentar, retardando a sua consolidação. E talvez dessa estrutura e de sua consolidação, no final do século XIX e início do século XX, tenha emergido a idéia da vocação do Paraná como celeiro agrícola do Brasil.

CONCLUSÃO

Nas andanças desta vida de historiador, anos atrás, estive na companhia do Dr. Julio E. Moreira e do Prof. Jair Mequelusse pesquisando na região de São Luiz do Purunã, sobre o registro da passagem das tropas nas imediações da Fazenda Thalia. Encantado com a beleza desta região de campos, lembrei-me de uma pesquisa do Departamento de História/UFPR intitulada "Campos Gerais – Estruturas Agrárias", tendo como um dos autores o Dr. Brasil Pinheiro Machado. Um belo título e um brilhante trabalho, que me levou a dar asas à imaginação e deparar com o extraordinário quadro natural visto pelo botânico francês A. Saint-Hilaire em 1820, que denominou a região como um paraíso terrestre, a melhor no Brasil para estabelecer imigrantes. Tal constatação expressa a identidade do Paraná com os Campos Gerais, com o criatório, com as tropas, com a vida rural.

De acordo com as proposições do Prof. Brasil P. Machado, a História do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua, e pelo contínuo adotar de uma cultura. Nesse sentido, a história interna é formada por histórias regionais, locais, que, de qualquer forma, constituem um todo, expressão da história básica da formação nacional. Esta base se expandiu, irradiou-se, e formaram-se os sub-núcleos sempre ligados ao núcleo inicial. A História do Paraná se inscreve neste conjunto homogêneo, na formação de uma comunidade, constituindo um capítulo da história regional do Brasil.

A partir desta tese buscou-se, neste trabalho, explicar a vida econômica e material do Paraná Tradicional, como resultado de um centro de irradiação localizado em Curitiba. O desenho do quadro regional evidenciou a via econômica e material do Paraná tradicional, iniciada com os povoamentos no litoral na busca dos metais e pedras preciosas e na caça ao índio, num extenso deslocamento de portugueses e espanhóis em direção ao sul do continente. Entretanto, o cerne da História do Paraná foi marcado por três grandes espaços regionais: 1. ao longo do séc. XVIII, se estabelece uma sociedade campeira, patriarcal, escravista e latifundiária, baseada na criação e na invernagem do gado nas fazendas dos Campos

Gerais, integrada ao circuito nacional que, por sua vez, constituiu peça da engrenagem da economia-mundo; 2. na 1ª metade do séc. XIX, nas atividades extrativas e na exportação da erva-mate para os mercados do Prata e do Chile. Integrada à economia do Atlântico, a exportação da erva-mate ficou condicionada às flutuações conjunturais internacionais e suas repercussões. Nesta nova fase econômica se constituiu uma sociedade ervateira, dominada por uma burguesia comercial, que impulsionou o processo de urbanização da região; 3. na 2ª metade do séc. XIX se estabelece um novo sistema de colonização com o estabelecimento de colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos, povoadas por imigrantes europeus, como saída para a escassez de produtos agrícolas e de subsistência. O novo sistema visou a formação de uma estrutura agroalimentar em condições de prover o abastecimento da Província. Desta colonização induzida pelo Estado, emerge uma nova sociedade do trabalho constituída por colonos "morigerados e laboriosos". A localização dos novos contingentes étnicos em torno dos centros consumidores de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Araucária, São José dos Pinhais, Antonina, Lapa, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa foi estratégica, no sentido de produzir subsistência, voltada para abastecer os mercados internos. A produção alimentar passou a atender as cidades e a oferecer um certo suporte ao setor de exportação. Portanto, houve uma certa articulação entre a agricultura de subsistência e a de exportação, fazendo com que aquela se beneficiasse da dinâmica criada pelo setor exportador. A corrente imigratória para o Paraná abarca o período de transição do Paraná Tradicional para o Paraná Moderno, modificando a estrutura colonial luso-brasileira e reorganizando o trabalho livre e a propriedade da terra.

A análise desenvolvida neste trabalho demonstra que a economia do mate, como principal atividade da História Econômica do Paraná Tradicional, gerou a acumulação de capital comercial, de estreitas possibilidades diante das potencialidades do capital industrial de São Paulo, e suas diversificações. Portanto, esboça-se um quadro do capitalismo tardio para o Paraná, como formulado na introdução deste trabalho, que impediu a geração de capitais necessários à diversificação da economia regional e à implantação do parque industrial do Paraná.

Entendemos que um novo volume da Vida Material-Vida Económica possa ser elaborado para a explicação do Paraná Moderno, que passa pela economia da madeira e pela ocupação, posse e incorporação do norte do Paraná à comunidade paranaense. A expansão paulista em direção a esta região traz preocupações para os setores dominantes do Estado do Paraná, sobre os possíveis fortes vínculos da região com o Estado de São Paulo. Portanto, a colonização do território paranaense passará por uma efetiva intervenção governamental quando da regularização da propriedade da terra no estado.

A vocação agrícola do Paraná foi construída ao longo do séc. XIX, como se pretendeu demonstrar no trabalho, com sua estrutura económica e material definida pela predominância das atividades ligadas à terra: os espaços agrícola e rural.

A riqueza da conjuntura da década de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, com a abolição do tráfico de escravos e a conquista da Emancipação da Província abriram as portas para o Paraná moderno, do futuro. Nesse sentido é importante destacar que o Paraná foi uma das últimas regiões a obter a sua emancipação e autonomia político-administrativa em 1853, como fruto de uma luta comunitária, e foi o primeiro estado republicano a construir a idéia de uma Universidade, em 1892, com Rocha Pombo. Tal projeto da sociedade paranaense viria a se concretizar em 1912, com a criação da Universidade do Paraná. Portanto, em menos de 40 anos a mais nova província do Império já conjugava um ousado sonho. Muito daí a refletir!

BIBLIOGRAFIA E FONTES RECOMENDADAS

BIBLIOGRAFIA

Tanto na introdução como no desenvolvimento do presente trabalho, realizamos uma série de citações de livros, artigos e teses como suporte aos estudos referentes à Vida Material e Vida Econômica no Paraná Tradicional. Nesse sentido, podemos destacar as obras de referências:

- sobre o capitalismo histórico e a Economia-Mundo é indispensável a consulta aos trabalhos de I. WALLERSTEIN, criador destes conceitos, nas obras "The Modern World-System" e "Le Capitalisme Historique";
- os estudos teóricos e metodológicos para o entendimento da vida material e econômica passam obrigatoriamente pelas antológicas obras de Fernand BRAUDEL: "Mediterrâneo e o Mar Mediterrâneo na época de Filipe II" e "Civilização Material e Capitalismo";
- sobre a inserção do Brasil no âmbito da economia internacional citamos o trabalho de Ciro F. S. CARDOSO & H. BRIGNOLI na obra História Econômica da América Latina;
- no tocante à História do Brasil, dentre outras, duas obras são referências: "Formação Econômica do Brasil" de C. FURTADO, e "História do Brasil" de Boris FAUSTO, que contém, inclusive, uma cronologia sobre os principais fatos mundiais desde 1500 até 1993;
- as concepções teóricas sobre a história regional, inserida num conjunto homogêneo, na formação de uma comunidade, no caso a paranaense, com um centro irradiador a partir de Curitiba, estão demonstradas no marcante trabalho de B. PINHEIRO MACHADO intitulado "Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná";

- os estudos em forma de livros e textos de História do Paraná de C. M. WESTPHALEN, A. P. BALHANA e R. WACHOWICZ são referências importantes. Da mesma forma deve ser também destacado o trabalho de M. R. M. PEREIRA intitulado “Semeando Iras Rumo ao Progresso”, sobre a formação da indústria ervateira no Paraná. Para o conhecimento da economia da pecuária e do tropeirismo é importante destacar o livro de C. M. WESTPHALEN “O Barão dos Campos Gerais e o Comércio de Tropas”;
- de grande significado para a história marítima e comercial do Paraná é a obra de C. M. WESTPHALEN denominada “Porto de Paranaguá, um Sedutor”;
- os trabalhos de A. P. BALHANA são exemplares sobre imigração e colonização no Paraná, no séc. XIX, podendo ainda ser citado o trabalho de C. R. A. dos SANTOS sobre “História da Alimentação no Paraná”, que trata da formação da estrutura agroalimentar da Província;
- as obras sobre a escravidão tem como referências básicas, dentre outras, a trilogia de E. GENOVESE “Economia Política da Escravidão”, “O Mundo dos Escravos” e “O Mundo dos Senhores de Escravos”; o trabalho de J. GORENDER sobre “O Escravismo Colonial” e o livro de C. F. S. CARDOSO “Escravo ou Camponês: o Protocampesinato Negro nas Américas”;
- em termos de temática geral sobre História e as demais Ciências Sociais, recomendamos a coletânea “História: Questões & Debates”.

FONTES

As pesquisas realizadas em fontes primárias constituíram as bases do presente trabalho, cujas referências podemos destacar:

- as fontes cartoriais em arquivos notariais localizados em Curitiba, São José dos Pinhais, Lapa, Castro, Ponta Grossa, Araucária, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaratuba foram levantadas e arroladas como: registros de compra e venda de escravos, registros de venda de terras, livros da meia-siza de venda de escravos, testamentos, inventários e heranças. Outras fontes são importantes para análise das relações escravistas de produção e da vida material e econômica, como “As Leis e Decretos do Brasil” e as “Posturas Municipais”;
- os documentos oficiais existentes no Arquivo Público do Estado como as coletâneas de “Relatórios de Presidentes de Província” e “Correspondências dos Presidentes de Província” são fontes importantes para o conhecimento da História Política, Social e Econômica do Paraná. Outras fontes aí existentes podem ser relacionadas como orçamentos provinciais e as legislações que disciplinaram os sistemas de colonização e imigração, suas colônias, população, produção e as relações internas provinciais;
- as fontes de imprensa como o jornal “O 19 de Dezembro” foram indispensáveis para o registro das queixas do povo, séries de preços, registro de salários, anúncios sobre venda e fuga de escravos, divulgação do comércio de gêneros alimentícios e indústria nascente;
- a coletânea “Boletins da Câmara Municipal” encerra importantes fontes sobre a ação do Poder Municipal e dos Vereadores, dos Juizes Almotacéis, e as relações intermunicipais na administração da “coisa pública”.

FONTES CONSULTADAS

FONTES PRIMÁRIAS

JORNAL

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba: 01 jul. 1854; 4 fev., 20 jun., 11 jul., 01 ago., 29 ago. 1855; 04 jun., 25 jun., 17 set., 10 dez. 1856; 28 jun., 6 maio, 9 nov. 1857; 20 fev., 28 abr., 8 out., 4 ago., 13 out., 6 nov. 1858; 30 mar., 15 maio, 5 nov. 1859; 18 jan., 22 fev., 8 jul. 1860; 21 mar. 1866; 23 fev. 1867; 15 abr., 22 abr. 1868; 8 jan., 17 nov. 1869; 21 jun., 31 ago. 1870; 4 jan., 23 dez. 1871; 16 jul. 1873; 19 ago., 22 ago., 4 nov., 23 dez. 1871; 16 jul. 1873; 19 ago., 22 ago., 4 nov., 23 dez. 1874; 19 maio, 12 maio, 30 jun., 5 dez. 1877; 16 mar. 1881; 15 jul. 1886.

DOCUMENTOS DA ÉPOCA

- ANTONIL, A.J. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo : Ed. Nacional, 1967.
- Apontamentos históricos e sobre a imigração alemã no Estado do Paraná (1829-1929). In: Os alemães no Estado do Paraná e de Santa Catarina em comemoração ao 1º centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil: 1829-1929. Curitiba : Impressora Paranaense, 1929.
- AVE-LALLEMANT, R. Viagem ao Sul do Brasil no ano de 1858. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro 1953. I. II.
- CONGRESSO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro : Fundação Casa Rui Barbosa. 1988.

- FERNANDES DA CRUZ, D.A. Introdução aos Apontamentos sobre a Província do Paraná. Curitiba : SEEC, 1990.
- SAINT-HILAIRE, A. Viajem à comarca de Curitiba (1828). São Paulo : Ed. Brasileira, 1964, v. 315.
- SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória histórica cronológica, tipográfica e descritiva da Cidade de Paranaguá e seu município – 1850. Curitiba : Museu Paranaense, v. 2, 1962.
- SOARES, Sebastião F. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro : IPEA, 1977. p. 133

DOCUMENTOS OFICIAIS

- BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. Termo de Vereação v. XI, XVI, XXI, XXV, XXXII, XXXIV, XXXV, XXVII, XXXIX, XL, XLI.
- BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. Documentos para a História do Paraná. Curitiba : Imprensa Paranaense, 1925. V. XI.
- PARANÁ. Lei nº 79 de 11.07.1861 do Presidente da Província Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba : [s.n.]. p. 81.
- PARANÁ. Ofício do Fundador e diretor do Superagui, datado de 15.11.1857. OFFÍCIOS, 1858, v. 2.
- PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Zacarias Goes e Vasconcelos apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858. Curitiba : Typ. Paranaense, 1858.

- PARANÁ. Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curytiba : Typ. Paranaense, 1858.
- PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Dr. José Francisco Cardoso, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 01.03.1860. Curytiba : Typ. Paranaense, 1860.
- PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Dr. José Feliciano Horta de Araújo, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 21.03.1868. Curytiba : Typ. da Viúva Lopes, 1868
- PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 15.02.1876. Curytiba : Typ. da Viúva Lopes, 1876
- PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 16.07.1877. typ. da Viúva Lopes, 1877

DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O TEMA

- BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. Estrutura Fundiária de Paranaguá. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- BELOTO, Divonzir L. A criação da Província do Paraná: a Emancipação Conservadora. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1990.
- CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno 1941-1971. Curitiba, 1976. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

- CARDOSO, C.F.S. La Guyane Francaise (1715-1817): aspects économiques et sociaux – contribution à l'Etude des sociétés esclavagistes d'amerique. Paris: Thèse de 3ème cycle. Paris – Univ. Nanterre, Dactyl, v. 1, 1971.
- CARON, Lucrecia de Araújo. Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná 1891. 1977. Curitiba, 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- CASSOL, Ernesto. Política tributária do Paraná na primeira República 1890-1930. Curitiba, 1975. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. O preço de terras na Colônia Içara 1939.1968. Curitiba, 1975. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- CUNHA, Jorge L. Os Colonos Alemães de Santa Cruz e a Fumicultura – 1849/1881. Curitiba : Dissertação de Mestrado em História do Brasil, UFPR, 1988.
- DOUSTDAR, Neda M. Imigração polonesa: raízes históricas de um preconceito. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 1990.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- FERREIRA, Magnus Roberto de Mello. Fazendeiros industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

- GONÇALVES, José Henrique Rollo. História Regional & Ideologia: em torno de algumas coreografias políticas do norte paranaense, 1931.1981. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. O colono polaco: a recriação do camponês sob a capital. Curitiba, 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- LAVALLE, Aida Mansani. A madeira na economia paranaense. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- LAZIER, Hermogenes. A estrutura agrária no sudoeste do Paraná. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- LOYOLA, Rosita Cordeiro. A formação de grupos de dominação. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- MAURO, Frederic. Le Brésil au XVII^e Siècle Documents inédits relatifs à l'Atlantique Portuguais. Paris, Tese complementar, Doutorado em Letras, 1960, p.318-319
- MENDES, Adilson Miranda. Origem e composição das fortunas na sociedade paranaense - Palmas 1859-1913. Curitiba, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- MOTIN, Benilde Maria Lenzi. Estrutura fundiária do Paraná tradicional, Castro 1850-1900. Curitiba, 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

- PEBAYLE, Raymond. Éleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil). Paris: Tese Doutorado de Estados, dactyl. 1974.
- RIBAS, Rogério de Oliveira. Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de vassouras. Curitiba, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- SZENS, Cristiane Marques. A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas, 1889-1921. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- TOMAZI, Nelson Dacio. Norte do Paraná: história e fantasmagorias. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- TRINDADE, Judite Maria Barbosa. Estrutura Agrária: uma metodologia para seu estudo na História. Curitiba, 1977. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Mauro P. de. Abastecimento: crises, motins e intervenção. Rio de Janeiro : Philobiblion, 1985.
- BALHANA, Altiva P. Estruturas populacionais do Paraná no ano de sua independência. In: Paraná 1822. Curitiba : UFPR, 1972.
- BONIN, Ana A.; ROLIM, Maria C. Hábitos alimentares: tradição e inovação. Curitiba : Anais do Seminário Inovações Tecnológicas e Reestruturação do Sistema Alimentar, GEAS/INCRA, 1991
- BRAUDEL, Fernand. La Méditerranée et le monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II. Paris : Armand Colin, 1966.
- _____. Civilização material e capitalismo. Lisboa : Cosmos, 1970.
- CANCIAN, Nadir A. Cafecultura Paranaense, 1900/1970. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARDOSO, Ciro F. S. Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, H. P. História econômica da América Latina. Rio de Janeiro : GRAAL, 1983.
- CARDOSO, Fernando H. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. São Paulo : DIFEL, 1962.
- CASTRO, Josué. Áreas alimentares do Brasil. Rio de Janeiro, Trabalho e Pesquisas do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, v. 1, 1948.

- CESÁRIO, Ana C. C. Industrialização e pequenos empresários em Londrina. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.
- DUBY, Georges; WALLON, A. Histoire de la France Rurale. Paris : Seuil, T.1, 1975.
- DUPAQUIER, Jacques. Pour La Démographie Historique. Paris : PUF, 1984.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FRAGOSO, João L. R. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX : o caso do sistema agrário-escravista-exportador em Paraíba do Sul. São Paulo : Revista Brasileira de Idest., ANPUH, v. 6, n. 12, mar./ago. 1986.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo : Ed. Nacional, 1967.
- GADELHA, Regina M D'Aquino. A propos de l'élite brésilienne: structure agraire et idéologie libérale na Brésil (la Lei de Terras, 1843-1850). Paris : CREDAL, n. 212, 1900.
- GARCIA Jr, Afranio Raul. Terra de trabalho. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.
- _____. O Sul: o caminho do roçado. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Edit. UNB; MCT-CNPq, 1989.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo : Ática, 1978.
- GRAF, Marcia E. C. Imprensa periódica e escravidão no Paraná. Curitiba : Grafipar, 1981.

- GUNDER FRANCK, A. Le développement du sous-développement. Paris: MASPERO, F. 1970.
- HISTÓRIA do Paraná. Curitiba : Grafipar, 1969, v. 1.
- IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo : DIFEL, 1962.
- KAGEYAMA, A. A. et al. Diferenciacion campesina y ambio tecnologico : el caso de los prouctores de frijol en São Paulo. Campinas : UNICAMP, 1982.
- L HISTOIRE AUJOURD'HUI. Auxerre (France): Éditions Sciences Humaines, 1999.
- LAPA, José. R. A. O Antigo Sistema Colonial. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação. São Paulo : Símbolo, 1979.
- LINHARES, Maria. Y.; TEIXEIRA da SILVA, Francisco. História da Agricultura Brasileira (combates e controvérsias). São Paulo : Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria.Y. História do Abastecimento: uma problemática em questão. Brasília : BINAGRI, 1979.
- LINHARES, Temístocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro : José Olympio, 1969.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Terra, Trabalho e Capital. Campinas : Edit. UNICAMP, 1989.
- LYRA, Maria L. V. A unidade e a centralização. Paris : doc. Recherche du CREDAL, n. 8, jun. 1986.

- MAGALHÃES FILHO, Francisco B. Evolução histórica da economia paranaense. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n. 28, jan.-fev. 1972.
- _____. O IPARDES há 10 anos: história e reflexões. Curitiba: mimeografado, 1983.
- MALASSIS, Louis. Economie agro-alimentaire. Paris : Cujas, T.1, 1973.
- MARTINS, Roberto B. A economia escravista de Minas Gerais no séc. XIX. Belo Horizonte : CEDPLAR, n. 10, 1980.
- MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente. São Paulo : T.A. Queiroz, 1989.
- MATOSO, Katia. Bahia, a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo : HUCITEC, 1978.
- MAURO, Frederic. Des produits et des hommes. Paris: Mouten-Paris-LaHaye, 1972.
- _____. Economie maritime brésilienne. Boletim de Estudos Portugueses. Lisboa, v. 31, 1970.
- MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa. Rio de Janeiro : Trad. 1978.
- MELLO E SOUZA, Laura. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro, 1986.
- MELLO, João. M. C. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MIO, João de. Notícias históricas sobre a erva-mate e os seus engenhos de beneficiamento em Curitiba de 1886 a 1950. Curitiba, Bol. IHGEP, Papelaria Requião, 1951, v. 5.

- NADALIN, Sérgio O. Sexualidade, casamento e reprodução. São Paulo : Rev. Bras. Est. Pop. v. 5, n. 2, jul/dez. 1988.
- NEGRÃO, Francisco. Efemérides Paranaense. Curitiba: Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Tomo II, 1954.
- NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial: séculos XVI-XVIII. São Paulo : CEBRAP, cad. 17, 1974.
- OLIVA AUGUSTO, Maria H. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR. São Paulo: Símbolo, 1978.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo : HUCITEC, 1981.
- PEREIRA, MAGNUS R. M. Semeando iras rumo ao progresso. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil. Esboço de uma sinopse da história regional. História: questões & debates. Curitiba: v.8, n. 14/15, jul.-dez. 1987.
- _____. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, n. 3, 1963.
- RITTER, Marina L. A Sociedade nos Campos de Curitiba na época da Independência. Curitiba, BRDE, 1982.
- SALLES, Iraci G. Trabalho, progresso e sociedade civilizadora. São Paulo : HUCITEC, 1986.
- SANDRONI, Paulo. Questão agrária e campesinato. São Paulo : Polis, 1980.
- SANTOS, Carlos R. A . História da Alimentação no Paraná. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

- _____. O custo da vida: preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX. Curitiba, História: Questões & Debates. APAH, n. 8, jun. 1984.
- _____. L'Économie et la Société Slavegistes ou Parana (Brésil) de 1854 a 1887. Paris, Tese de Doutorado, Université de Paris X-Nanterre, 1976.
- SERAFIN LEITE, Paulo. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, v. 6, 1938.
- SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- SILVA, José F. Graziano da. Estruturas agrárias e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo : HUCITEC, 1978.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo : Alfa Omega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil. São Paulo : Editora Nacional, 1969.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo : Editora Nacional, 1974.
- STOUFF, Louis. Ravitaillement et Alimentation en Provence aux XIVe et Xve Siècles. Paris : Mouton & Co, 1970.
- TEIXEIRA, Eduardo F. O Trigo no Sul do Brasil. São Paulo : Editora Linotype, 1958.
- THOMPSON, Edward P. "La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: _____. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona : Critica, 1979.

- WACHOWICZ, Rui C. Santa Cândida: Pioneira da Colonização Linista. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, Bol. n. 16, 1975.
- _____. Orleans- um século de subsistência. Curitiba : Fundação Cultura, 1976.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The capitalist World-Economy. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1979.
- _____. Le capitalisme historique. Paris : Ed. La Découverte, 1985.
- WESTPHALEN, Cecília M. Duas vilas paranaenses no final do século XIII – Paranaguá e Antonina. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 5, 1964.
- _____. O Porto de Paranaguá em 1822. In: Paraná – 1822, Curitiba, Bol. n° 19, Univ. Fed. Paraná, 1972.
- _____. As Farinhas de Paranaguá. Rio de Janeiro, A Moderna História Econômica, APEC, 1976.
- _____. Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá nos meados do século XIX. Anais ANPUH, Campinas, 1971.
- _____. População e agricultura: o caso paranaense 1872/1970. São Paulo : ABEP, CELADE, IUSSP, 1989.
- _____. O Barão dos Campos Gerais e o comércio de Tropas. Curitiba: CD Editora, 1995.
- _____. Porto de Paranaguá, um sedutor. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- ZEMELLA, Mafalda. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no séc. XVIII. São Paulo : USP, 1951.